



Breno Moreno Caseira

**A relação do MST com a Sociedade Civil, o Estado e o
esforço do Movimento Sem-Terra**

Monografia apresentada ao Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a
obtenção do Título de Bacharel em História.

Orientadora: Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro, 2020.1

Agradecimentos

Quero agradecer primeiramente aos meus pais, pois devo a eles tudo que tenho, a minha formação como ser humano e acadêmica, além disto sem o apoio deles se quer teria permanecido na graduação de História e de forma alguma conseguiria persistir para desenvolver este trabalho. Também quero agradecer a minha orientadora, Larissa Corrêa, por ceder importante parte do seu tempo e esforço, me direcionando neste projeto que no início tinha várias possibilidades. Quero agradecer a PUC-Rio, em especial a Vice-reitoria acadêmica, ao Departamento de História e ao Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência (NAIPD), por me ajudarem e acreditarem que eu sou capaz de vencer obstáculos emocionais provenientes da minha síndrome, Asperger, inclusive e principalmente me concedendo a oportunidade da continuidade da bolsa de estudo de licenciatura na transferência para o bacharelado.

Agradeço a minha tia Solange e a meu primo Fabiano por cederem sua casa quando eu precisava, facilitando a minha locomoção e estadia mais próxima da PUC-Rio e, com isso, cumprir minhas obrigações com a minha formação.

Por último e não menos importante, agradeço de todo o coração aos meus bons amigos e aos aqui não citados, por esquecimento, que sempre me deram forças para ir além independente das minhas dificuldades e obstáculos ao longo da jornada.

Resumo

O respectivo trabalho busca dissertar sobre a questão agrária brasileira, abordando brevemente desde os tempos de colônia à atuação dos governos da República os quais sucederam a Ditadura Militar no Brasil. Se ocupa de abordar as origens do MST, suas causas, seus anseios, suas conquistas, suas formas de se reorganizar e repensar o movimento e seu diálogo com as questões identitárias no campo, tais como, as mulheres no campo e os LGBTs no movimento. Aborda as conquistas no campo da educação e da produção agroecológica frente ao agronegócio. Discursa a respeito dos veículos de comunicação utilizados pelo MST, tais como, as redes sociais, suas produções audiovisuais, além dos meios físicos de comunicação e qual é o resultado do setor de comunicação do MST para sociedade civil, quanto a questão da descriminalização.

Palavras-chave:

Comunicação; Criminalização; Descriminalização; Estado; MST e Sociedade Civil.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 - A história do MST e a sua relação com o Estado.....	15
1.1. Sobre a legitimidade do MST.....	15
1.2. O Progressismo de Brizola	18
1.3. Governo Sarney	18
1.4. O Governo Neoliberal de Collor e FHC	22
1.5. Governo Lula.....	29
Capítulo 2 - As atividades do MST e sua visão sobre Política Brasileira	33
2.1. Experiências de assentamentos.....	33
2.1.1. Assentamento Roseli Nunes (Piraí/RJ).....	34
2.1.2. Assentamento Capelinha (Conceição de Macabu/RJ).....	36
2.2. Educação no Campo	40
2.3. Objetivos das Escolas Itinerantes de Formação	41
2.4. Atuação do MST na educação no campo	42
2.4.1. Coletivo de Escolas	44
2.5. Agroecologia e o Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS)	45
2.6. Mulheres do Campo e o MST	49
2.7. Visão do MST sobre a Política Brasileira	51
Capítulo 3 - Questões Contemporâneas e Comunicação do MST.....	54
3.1.1. Campanha do MST para reduzir a violência contra a mulher em tempos de isolamento social	54
3.1.2. O Coletivo LGBT no MST.....	56
3.2. Comunicação	60
3.2.1. Frente Digital.....	62
3.2.2. Frente de Rádio.....	66
3.2.3. Frente da comunicação impressa	67
3.2.4. Frente audiovisual	69
Conclusão	70
Referências Bibliográficas.....	73

Lista de Figuras

Figura 01 - Geografia da Fome no Brasil	09
Figura 02 - Assassinatos e ameaças de morte e tentativas de assassinato entre os anos de 1986-2006.....	21
Figura 03 - Violência contra camponeses e trabalhadores rurais de 1986-2006...	22
Figura 04 - Governo FHC: Estratégia de Desenvolvimento Social	26
Figura 05 - Campanha contra a violência doméstica contra a mulher e LGBT's	55
Figura 06 - Coletivo LGBT do MST	57
Figura 07 - Consumo mundial de agrotóxicos em 2017	58
Figura 08 - 14ª abertura da colheita de arroz agroecológico	59
Figura 09 - Tweet de líder do MST a respeito das mortes da COVID-19 no Brasil	63
Figura 10 - Tweet sobre doação de alimentos em Santa Catarina, promovida pelo MST	63
Figura 11 - Manifestante do MST em favor do adiamento do ENEM.	64
Figura 12 - Doação de alimentos para pessoas carentes.....	64
Figura 13 - Exemplo de 31 anos do assentamento Treze de Maio, ES	65
Figura 14 - Bate papo realizado 5/5/2020	65
Figura 15 - Transmissão da radio de Pirituba	66
Figura 16 - Revista Sem Terra	68
Figura 17 - Jornal Sem Terra	69

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Desapropriações e famílias assentadas no governo Sarney.....	19
Tabela 02 - Trabalhadores assassinados Governo Sarney	20
Tabela 03 - Manchetes do Jornal Sem Terra no ano 1999	24

Abreviaturas

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BAEC - Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FHC - Fernando Henrique Cardoso

GAE - Grupo de Agroecologia

GETERRA - Grupo de Estudos e Trabalho em Ensino e Reforma Agrária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NT - Núcleos Territoriais

ONG - Organização Não Governamental

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDS - Projeto Desenvolvimento Sustentável

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

UDR - União Democrática Ruralista

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

Introdução

A concentração fundiária no Brasil é muito anterior ao MST. Das capitânias hereditárias às sesmarias e destas à Lei de terras (lei n.601), de 1850 decretada por D. Pedro II, já era regularizada a propriedade privada sobre as terras no Brasil, as mesmas a partir desse momento passaram a ser compradas. No entanto, as melhores e mais férteis ficaram sob posse das elites, promovendo assim e dando continuidade aos latifúndios. A abolição da escravidão colocou novos grupos em liberdade juntando-se aos já necessitados de terras, como os assalariados e camponeses livres e que na sua maioria não possuíam dinheiro o suficiente para a aquisição de terras. Durante esse período o processo de grilagem se fez presente e intensificando a concentração fundiária no país.

No fim do século XIX na Bahia, um conjunto de camponeses e ex-escravizados se uniram em prol de um movimento messiânico sob liderança de Antônio Conselheiro em oposição a submissão, estabelecida pelos coronéis e todas as oligarquias sustentadas pelo voto de cabresto. Esse movimento resultou em um intenso conflito que ficou conhecido como Guerra de Canudos.

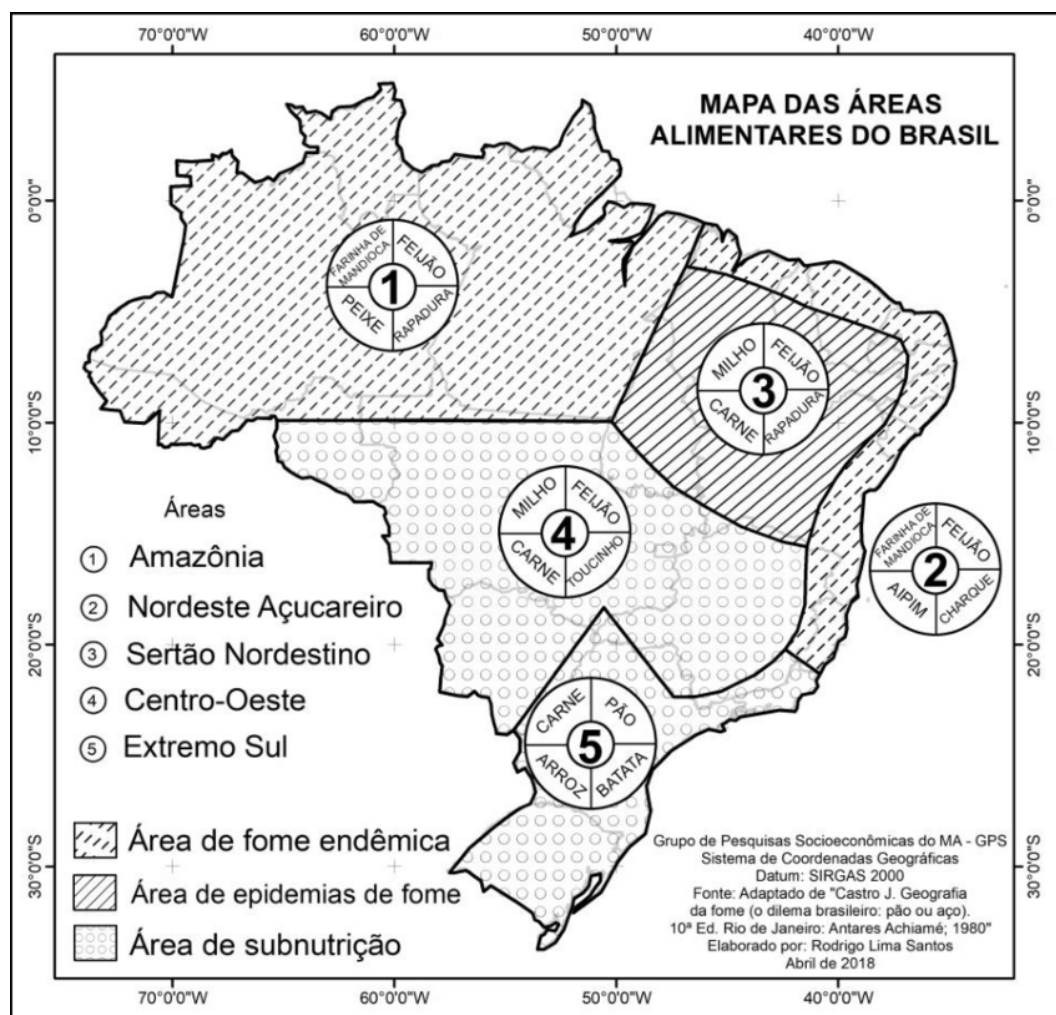
Esse movimento foi atacado sob o falso pretexto de defender a volta da monarquia. Os rebeldes foram massacrados pelos militares, estima-se que na cidade onde se estabeleceram havia cerca de 10 mil pessoas vivendo, algo comparável aos principais centros urbanos da Bahia para a época.

Além disso a lei estabeleceu multas para quem tentasse se apossar de terrenos públicos ou particulares de forma violenta ou incendiando, ou derrubando o mato da região a qual viria ser ocupada, a pena correspondia a prisão de dois anos e o pagamento de 100 réis. Quanto o papel do Estado em relação a esta lei seria a de demarcar terras indígenas, abertura de estradas e quais seriam as concessões pelo mesmo feitas, instituindo assim a Repartição-Geral de Terras Públicas. (MIRALHA, Wagner, 2006).

Nos anos 1960, segundo a professora Leonilde Medeiros (MEDEIROS, 2002), o tema do acesso à terra passou a ser maior pauta de disputa do PCB e da Igreja Católica, que aderiu à Teologia da Libertação. O movimento de luta pela terra atuou para uma maior sindicalização do campo. Depois de dez anos de debates foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Importante ressaltar a obra “Geografia da Fome”, do autor Josué Castro, onde ele descreve como o Brasil está dividido em cinco regiões com diferentes características e disposições relacionadas a alimentação, clima, legado étnico os quais implicam diretamente na saúde das pessoas as quais fazem parte de cada região, havendo na maioria delas aspectos positivos e outras carências nutricionais.(CASTRO, Josué, 1980)

Figura 01 - Geografia da Fome no Brasil



Fonte: CASTRO, Josué, 1980.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foi originado no período da Ditadura Militar, na década de 1970, durante o processo de redemocratização. O movimento era representava o legado de um passado de lutas pela terra muito anterior as ligas camponesas diante da concentração fundiária, êxodo rural, repressão dos reivindicantes de seus direitos ao acesso à terra.

Há debates e discussões sobre a origem do movimento, mas acredita-se que tenha sido impulsionado a princípio na gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul a partir de 1979, além de ações espalhadas pelos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul ao que indica Claudinei Coletti (COLETTI, 2005). O movimento não teve, portanto, uma gênese concentrada em um só local, mas espalhado, até ser oficializado.

Em 1984, a organização foi oficialmente formada no município de Cascavel (PR) no 1º Encontro dos trabalhadores rurais sem terra. Nesse encontro foram delineadas as seguintes diretrizes:

Objetivos de lutar pela reforma agrária radical; lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo; reforçar a luta pela terra, com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis. (COLETTI, Claudinei. 2005, p. 23)

Além disso, o MST tem por objetivo a conquista de terras improdutivas, a produção livre de agrotóxicos, através da agricultura orgânica, organização de cooperativas e de ensino, criando assim escolas itinerantes para a população que se encontra em busca de terras.

Os anseios dos Sem-Terra estão para além da reforma agrária, buscam reformas as quais resolvam os problemas da sociedade como um todo, isto dentro de seus núcleos e espaços por eles ocupados, suas preocupações se referem a moradia, a saúde, alimentação e educação.

O MST teve como um dos fundadores João Pedro Stédile, que é uma liderança até os dias de hoje. Porém, o movimento é uma organização que trabalha de forma a descentralizar o poder, na verdade, ela possui instâncias organizativas. Estas estruturam-se em comissões municipais que por sua vez organizam-se em comissões estaduais e no plano nacional, como coordenador e fundador.

A Igreja Católica por meio da CPT (Comissão Pastoral da Terra)¹ foi uma aglutinadora de trabalhadores rurais e ativistas para a formação do MST. Por meio de uma renovação na Igreja conhecida como Teologia da Libertação², além das

¹ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma instituição civil, sem fins lucrativos, criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 para atuar nas questões agrárias.

² É um movimento apartidário dentro da igreja que luta contra injustiças sociais e uma nova interpretação do novo testamento.

comunidades eclesiais de base³, esses por sua vez passaram a ser um meio de reflexão e aprendizado de como alterar a realidade, recusando a modernização conservadora. (FERNANDES, Bernardo, 2000)

No Brasil, a conquista da terra tem um preço caro a ser pago, por causa da repressão imposta ao movimento. A concentração fundiária permanece e apesar de desapropriações e assentamentos de terra, a perseguição e uso de termos pejorativos usados pela mídia para tratar das reivindicações aos que nada possuem continuam.

Apesar disso houve projetos iniciais de preocupação à questão agrária já iniciada no governo Vargas conhecida como a marcha para o Oeste a qual buscava a modernização agrícola e a distribuição de terras.

Leonilde Medeiros cita Neiva apontando que a marcha também envolvia uma proposta de distribuição de terras, na qual Getúlio Vargas falou:

Os benefícios que conquistastes (referindo-se aos trabalhadores urbanos) devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se o não fizermos, corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva. Não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis... permanecem incultos ou despovoados... (Neiva apud Leonilde Medeiros, 1942, p. 237).

Mesmo com esse modelo de ocupar espaços vazios no país e disseminar pequenas propriedades, a proposta não passou de colônias agrícolas em Goiás, no Paraná, Mato Grosso e Pará.

Apesar desses movimentos de luta pelos direitos do trabalhador rural e do Estatuto da Terra ter sido instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os Governos Militares se desenvolveram representando uma dura opressão aos trabalhadores e aos militantes da causa:

Com suas principais lideranças presas, assassinadas ou forçadas a uma vida de clandestinidade, sindicatos sob intervenção e controlados, muitas vezes, por grupos estranhos aos conflitos que se desenvolveram no pré-64, acossados por um processo intenso e rápido de modernização tecnológica que rompeu os laços que os mantinham ligados às propriedades, vastos segmentos de trabalhadores não

³ As comunidades eclesiais de base (CEBs) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade.

tiveram alternativa senão abandonar o campo em busca de outras alternativas de trabalho ou passar a viver na periferia das pequenas e médias cidades do interior, dedicando-se ainda às atividades agrícolas, mas sem nenhum laço mais permanente com a propriedade: trabalhando ora como cortadores de cana, ora na construção civil ou fazendo "biscates", ora na colheita da laranja, de algodão, de café, os direitos trabalhistas tornaram-se, quando muito, apenas uma referência remota.⁴

Segundo Nelson Delgado, a modernização da agricultura foi um processo no qual além de ter promovido o êxodo rural, também foi responsável pelo aumento da dívida externa durante o período da ditadura militar e da década de 1990, assim levando a cobranças por parte das potências e os organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional o FMI, Organização Mundial do Comércio OMC, o General Agreement on Tariffs and Trade, o que gerou uma crise econômica e o aumento da inflação e da pobreza impactando diretamente nos camponeses e os despossuídos de terra.⁵

Segundo Christine de Alencar Chaves em sua introdução no livro “A marcha nacional dos Sem-Terra”, houve um movimento de peregrinação por centenas de quilômetros feito por assentados e acampados e militantes do MST em busca do reconhecimento e luta pela legitimidade da reforma agrária, esta por sua vez enfrentou resistência da contra marcha promovida pelo ministro da Justiça no intuito de cobrar medidas penais dos membros do MST.⁶

Visto essa lógica de concentração estrutural de poder e a repressão de Estado em nome do capital se busca elaborar uma reflexão acerca da questão agrária e da criminalização dos movimentos de reivindicação agrária no Brasil.

A mídia faz seu papel de manipulação da opinião pública retratando de forma constantemente hostil os movimentos de reivindicações pelo direito agrário. A *ISTOÉ*, por exemplo, revista de ampla circulação, nos anos de 2001 a 2006 mencionava o MST de forma indireta, sem citar a forma como o movimento se designava, mas se referia aos mesmos como arruaceiros, terroristas, promotores da violência e das invasões (termo pejorativo adotado para substituir ocupações) na *Folha de São Paulo* por exemplo em 23/02/2003, “400 mil camponeses esperam

⁴ MEDEIROS, Leonilde. *Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos*, [S.l.: s.n.], [entre 1980 e 2015], p.12.

⁵ DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Nelson G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010.

⁶ Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200010>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

assentamentos”⁷, *Veja, Rede Globo* e afiliados idem, retratando como obcecados pela tomada violenta do poder. Assim a mídia construía e constrói de forma sensacionalista e pejorativa, criminalizando os movimentos sociais aliando-se ou fomentando o estado de repressão.

Os jornais não citam as causas das origens do movimento apenas tentam os retratar como criminosos os quais não respeitam o direito liberal à propriedade. Existe até mesmo acusações falsas de associações de grupos como as Farc (Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia, grupo armado de orientação marxista-leninista) numa ação coordenada com MST, quando falta argumentos tenta se expor a total não credibilidade moral e associação criminal. Além disso, a grande mídia busca associar elementos progressistas como o Partido dos Trabalhadores como defensores inescrupulosos do MST, tentando estabelecer um cerco a todos os elementos os quais buscam abalar a ordem social vigente e a reivindicação de direitos sociais.

No artigo segundo, parágrafo primeiro do estatuto da terra é declarado:

A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem estar dos proprietários e trabalhadores que nela labutam. b) Mantém níveis satisfatórios de produtividade. c) Asseguram a conservação dos recursos naturais. d) Observa disposições legais que regulam justas relações de trabalho entre os que possuem e a cultivem.⁸

Ainda no segundo parágrafo indica que é dever do poder público: “promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade de terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em regiões previamente ajustadas na forma do disposto da regulamentação desta lei.

Esses pontos são claramente desrespeitados a exemplo do dado do CNPQ/USP em 2015 o qual informava que 175,9 milhões de hectares estavam improdutivos no Brasil, representando cerca de três vezes a área do estado do Sergipe. Fora os casos de desmatamento os quais em grande parte por conta do

⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46362.shtml>>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%B0%20A%20propriedade,sua%20fun%C3%A7%C3%A3o%20social%20quando%20simultaneamente%3A&text=%C2%A7%204%C2%BA%20%C3%89%20assegurado%20%C3%A0s,tutelar%20a%20que%20est%C3%A3o%20sujeitas%20>., Acessado em: 10 de jun. 2020.

agronegócio levaram a perda de 7,5% das florestas brasileiras segundo dados do IBGE 2018. Assim sendo, fica explícito o papel e a omissão do estado em relação a seu papel de realizar a reforma agrária.⁹

⁹ FARAH, Tatiana, *O GLOBO*, Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe, 09 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>> Acesso em: 20 de mai. 2020.

Capítulo 1 - A história do MST e a sua relação com o Estado

1.1. Sobre a legitimidade do MST

O MST é um movimento que busca a reforma agrária e a distribuição de terras para todos os pequenos produtores e trabalhadores rurais. O movimento foi oficialmente criado em 1984¹⁰. No entanto, os sem-terra advogam por uma medida liberal, reformista, não dando o enfoque numa revolução agrária, não luta pelo fim da propriedade privada e a coletivização das terras nas mãos de um estado socialista. O que há de comum entre o MST e os liberais, é o direito à propriedade privada, pois os liberais defendem essa ideia como algo natural ao homem desde John Locke, (LOCKE, John, 1994). até finalmente estar presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por isso, é possível dizer que a reforma agrária é uma medida liberal, mas que provoca repúdio aos grupos econômicos privilegiados.

O sistema capitalista é favorável aos latifundiários, exclui os Sem-Terra desde a época das sesmarias e a concessão de terras para a nobreza. A exclusão dos Sem-Terra permaneceu com a lei de terras de 1850, a qual permitia a compra e venda de terras por preços extremamente inacessíveis, ainda mais para o Brasil, um país o qual ainda não havia abolido a escravidão e, portanto, não havia formado um mercado consumidor e quem possuísse recursos adicionais, a não ser as elites.

Em meados da década de 1940, as Ligas Camponesas foram formadas, mas sua atuação se fez mais presente nas décadas de 1950 e na primeira metade da década de 1960. Com suas divergências táticas e suas cisões em relação ao PCB, o qual buscava utilizar uma militância sindical e o aparato jurídico, as ligas camponesas foram postas na ilegalidade como um movimento armado e com influências da revolução cubana.¹¹

As Ligas Camponesas, postas de imediato na ilegalidade, foram as primeiras vítimas do golpe. “[...]. Quase todos os dirigentes foram presos ou mortos. Começaram a perseguir camponeses e assassinaram vários: enforcaram, queimaram

¹⁰ Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 11 de mai. 2020.

¹¹ MOTTA, Marcia apud Esteves, Carlos, *Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida*, [s.l]: Editora da UFS, 2006.

...”¹². Homens, mulheres, crianças, eram presos e tangidos como animais. O líder comunista Gregório Bezerra foi torturado de forma bárbara, publicamente, pelas ruas do Recife, numa repetição da via-sacra de Jesus Cristo.¹³

A lei número 4504/64 a qual definia o estatuto da terra foi um silenciador para as ligas camponesas, o que na teoria ela poderia contribuir, não somente com a reforma agrária, mas com a melhoria de vida e o acesso a propriedade de trabalhadores rurais, como também poderia desenvolver a economia do país, promovendo o mercado consumidor.

Segundo Aranha, em 1988 foi fundado o estado democrático de direito a partir da Carta Magna tendo por objetivo:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como, prover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Além disso, consta que o imóvel rural que não estiver cumprindo sua função social deve ser desapropriado. Fica declarado no art. 6 parágrafo primeiro da lei 8629/93 que o grau de utilização da terra deverá ser igual ou superior a 80% afim de não ser desapropriada a dita propriedade rural.

Na modernidade o direito de resistência se legitimou entre os pensadores contratualistas, para Locke o homem que vivia em estado de liberdade e igualdade¹⁴. No entanto, esse estado apresentava problemas, pois os homens eram juízes, ou seja, legislavam em causa própria, agiam de forma a realizar julgamentos e ações arbitrárias, as quais beneficiavam a si próprios e seus aliados de maneira a prejudicar outros homens, com propósito de evitar o conflito e a ruína entre os homens se funda um estado. O estado é fundado como mecanismo de manutenção da ordem e o asseguramento de direitos e deveres do homem, porém, quando o estado fracassa ou infringe os direitos prejudicando a ordem e os homens, cabe a sociedade dissolver o estado e convocar um novo, cabe a sociedade se rebelar contra

¹² Francisco Julião, entrevista ao Pasquim, 1979. *Jornal A Verdade*. A repressão das classes dominantes contra os camponeses, 5 de março de 2013, José Levino. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2013/06/a-repressao-das-classes-dominantes-contra-os-camponeses/>>. Acesso em: 26 de mai. 2020.

¹³ Cf., nota 12.

¹⁴ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil.*, [s.l.]: Clube do livro liberal, 1994.

o despotismo ou a tirania de seus governantes. Isso influenciou inclusive a constituição americana e ideais liberais da Revolução Francesa.

Como indica Guimarães¹⁵, a medida provisória de número 2183-56 alterou o Estatuto da Terra, e a Lei nº 8.629/93 nos seguintes termos e parágrafos:

Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais. (...)

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular, objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado, nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que estejam sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, sequestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.

§ 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos.

§ 9º Se, na hipótese do parágrafo 8º, a transferência ou repasse dos recursos públicos já tiverem sido autorizados, assistirá ao Poder Público o direito de retenção, bem assim o de rescisão do contrato, convênio ou instrumento similar.¹⁶

Essas denominações de esbulho referentes as ocupações são formas de deslegitimar o movimento e dificultar o acesso à terra. Assim, o governo federal muitas vezes se faz de desentendido em relação as terras improdutivas, protelando o acesso e o direito do movimento em utilizá-las. Segundo Guimarães a luta do MST é um meio não institucional, porém legítimo segunda a própria Constituição

¹⁵ GUIMARÃES, Johnatan Razen. *Coordenadas do possível. O lugar da violência e a legitimidade da ocupação de terras na ADI 2213-0, 2015*, p. 12.

¹⁶ BRASIL. *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

de 1988, de garantir os direitos teoricamente assegurados, mas não implementados.¹⁷

1.2. O Progressismo de Brizola

Leonel Brizola, durante toda sua carreira política como governador do Rio Grande do Sul, deputado federal e depois governador do Rio de Janeiro, apresentou uma série de propostas consideradas progressistas. Durante seu mandato como governador do Rio Grande do Sul (1959-1963), iniciou o projeto de reforma agrária com a criação do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) no Rio Grande do Sul em 1961. Chegou até mesmo a doar 45 % das terras herdadas de sua esposa para a distribuição das famílias excluídas. Ele sugeria que as terras não fossem invadidas, isto porque a constituição gaúcha autorizava a expropriação e distribuição de terras não exploradas mediante a um pedido acompanhado de assinaturas. Por este e outros motivos é que até hoje o projeto de reforma agrária de Brizola é considerado o mais organizado e bem sucedido entre os implantados.

Acrescenta-se, ainda, que Brizola entregou mais de 13 mil títulos de posse aos agricultores Sem-Terra. Brizola pelo seu caráter progressista passou a ser perseguido logo após o golpe civil-militar e teve de se exilar no Uruguai, retornando ao país apenas em 1979, com a lei da anistia. Durante seu mandato como governador do Rio de Janeiro (1983-1987), ordenou um projeto de construção de escolas de ensino primário, ensino médio e estatizou empresas multinacionais. Brizola segundo aponta Stédile foi aquele germe que deu o pontapé inicial para as políticas de reforma agrária.¹⁸

1.3. Governo Sarney

Segundo o relatório, “Balanço dos 3 anos da Reforma Agrária do Governo José Sarney”, do MST, sobre a reforma agrária no governo de José Sarney, o presidente Sarney fixou em lei que deveriam ser assentadas 450 mil famílias entre 1985 e 1987, porém só cumpriu 3% do previsto.

¹⁷ Ibid., p. 12.

¹⁸ NOGUEIRA, Flavio. A Reforma Agrária de Brizola. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/a-reforma-agraria-de-brizola-2/>>. Acesso em: 12 de mai. 2020.

Tabela 01 - Desapropriações e famílias assentadas no governo Sarney

1. DESAPROPRIAÇÕES E ASSENTAMENTOS		
ANO DE 1985		
1.1. Áreas desapropriadas	50 decretos	164.261 Ha
1.2. Áreas que conseguiram se imitir na posse	15 fazendas	38.583 Ha
1.3. Famílias Assentadas		Nenhuma
ANO DE 1986		
1.1. Áreas desapropriadas	200 decretos	1.253.336 Ha
1.2. Áreas com posse	84 fazendas	471.838 Ha
1.3. Famílias Assentadas		7.500
ANO DE 1987		
1.1. Áreas desapropriadas	148 decretos	906.389 Ha
1.2. Áreas com imissão posse	115 fazendas	655.202 Ha
1.3. Famílias Assentadas		16.338
TOTAL DE 1985 A 1987	398 Decretos	2.323.986 Ha
1.2. Áreas que conseguiram se imitir na posse	214 fazendas	1.165.623 Ha
1.3. Famílias assentadas aproximadamente		15.000
1.4. Famílias que caberiam nas áreas com imissão de posse		40.000
1.5. Famílias que caberiam nas áreas desapropriadas		60.000

Fonte: Balanço dos 3 anos da Reforma Agrária do Governo José Sarney. 1987.¹⁹

Além disso, no ano de 1987, emitiu um decreto lei que proibia a desapropriação de terras em produção, ainda por cima garantia o acesso a 25% das melhores terras e madeira aos latifundiários, nesse mesmo seguimento fechou as portas do INCRA e deu todos os poderes decisórios nas mãos da justiça. Ademais, revogou o decreto 1164 do governo militar que fixava 100 km nas margens das rodovias federais todas as terras administradas pelo governo federal, agora as mesmas poderiam ser distribuídas pelos governos estaduais, criando um pretexto para seus apadrinhados políticos concederem terras exclusivamente a latifundiários e aliados de seu governo.

Em 1985, a UDR (União Democrática Ruralista), associação civil foi criada por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária

¹⁹ Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/balan%C3%A7o-dos-3-anos-da-reforma-agr%C3%A1ria-do-governo-jos%C3%A9-sarney>>. Acesso em: 15 de mar. 2020.

promovida pelo governo federal no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990).²⁰

Segundo o balanço do MST, os latifundiários, organizados na UDR²¹, já admitiram publicamente que possuíam mais de 70 mil armas para combater os trabalhadores. Consta neste balanço, o número de assassinatos de trabalhadores rurais, conforme a tabela abaixo:

Tabela 02 - Trabalhadores assassinados Governo Sarney

Ano	Trabalhadores Assassinados
1985	207
1986	222
1987	140 (aproximadamente até dezembro)

Fonte: Balanço dos 3 anos da Reforma Agrária do Governo José Sarney. 1987.²²

Totalizando 569 assassinatos de trabalhadores rurais e ocupantes de terra entre os anos 1985 e 1987. Além disso, os mandantes dos crimes e seus assassinos permaneceram na impunidade, sem processo judicial. A polícia assim como os governos federais e estaduais apenas contribuía com tal mazela.

Como exemplo de mortes nesse período, no município de Porteirinha em Minas Gerais, o posseiro Minalvo Pereira da Silva, casado, 11 filhos, foi assassinado a mando de Asdrubal Geovani Vidal, advogado dos grileiros de Gaíba, e Vanderley Ernande Mendes, político do município de Janáuba. Estes faziam ameaças recorrentes a Minalvo, ambos queriam invadir suas terras. Minalvo esteve em Belo Horizonte e Asdrubal aproveitando-se de sua ausência, invadiu sua propriedade e expulsou sua família. Quando chegou em casa, Minalvo procurou sua mulher e filhos e voltou a sua posse. Então, às 14 horas, ele foi morto em sua posse e sepultado perto de Porteirinha no dia 10 de maio de 1985. No Mato Grosso, Valdir Rocha, 30 anos, do município de Pontes e Lacerda, também foi assassinado, às 19 horas no quilometro 90 na BR- 364, três posseiros incluindo ele aguardavam o

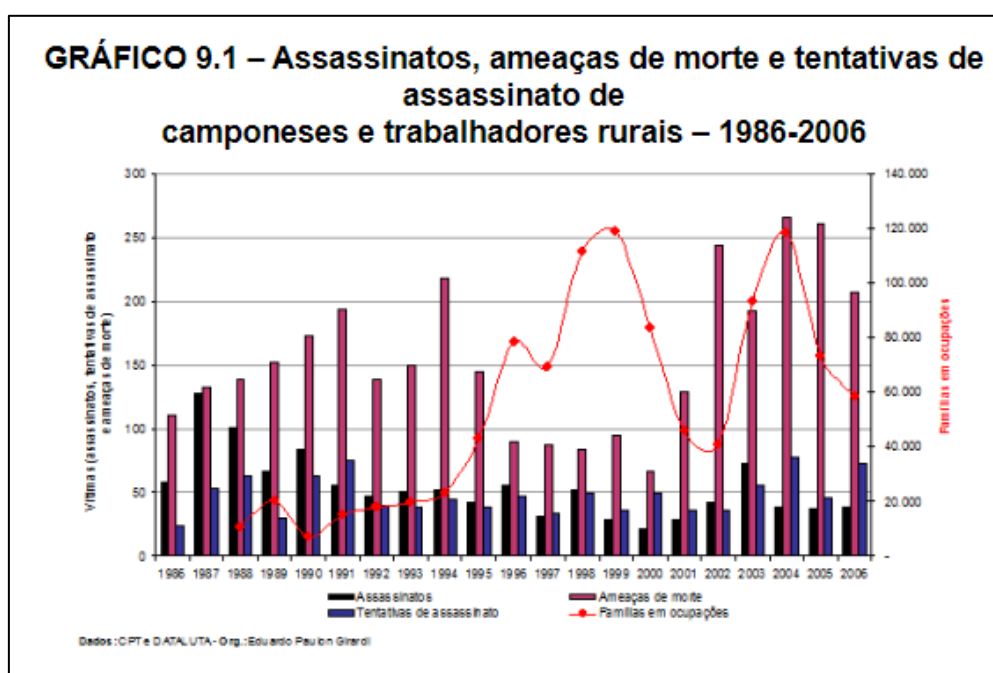
²⁰ Balanço dos 3 anos da Reforma Agrária do Governo José Sarney. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/balan%C3%A7o-dos-3-anos-da-reforma-agr%C3%A1ria-do-governo-jos%C3%A9-sarney>>. Acesso em: 09 de fev. 2020.

²¹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>>. Acesso em: 12 de mai. 2020.

²² Cf., nota 18.

ônibus quando foram surpreendidos por pistoleiros que desceram de uma caminhonete e abriram fogo contra eles, a perseguição durou até as 24 horas. O corpo de Valdir Rocha não foi encontrado, acredita-se que o corpo foi atirado no Rio Sararé, seu sogro registrou queixa, porém nada foi apurado e suas lavouras ficaram apodrecendo.²³

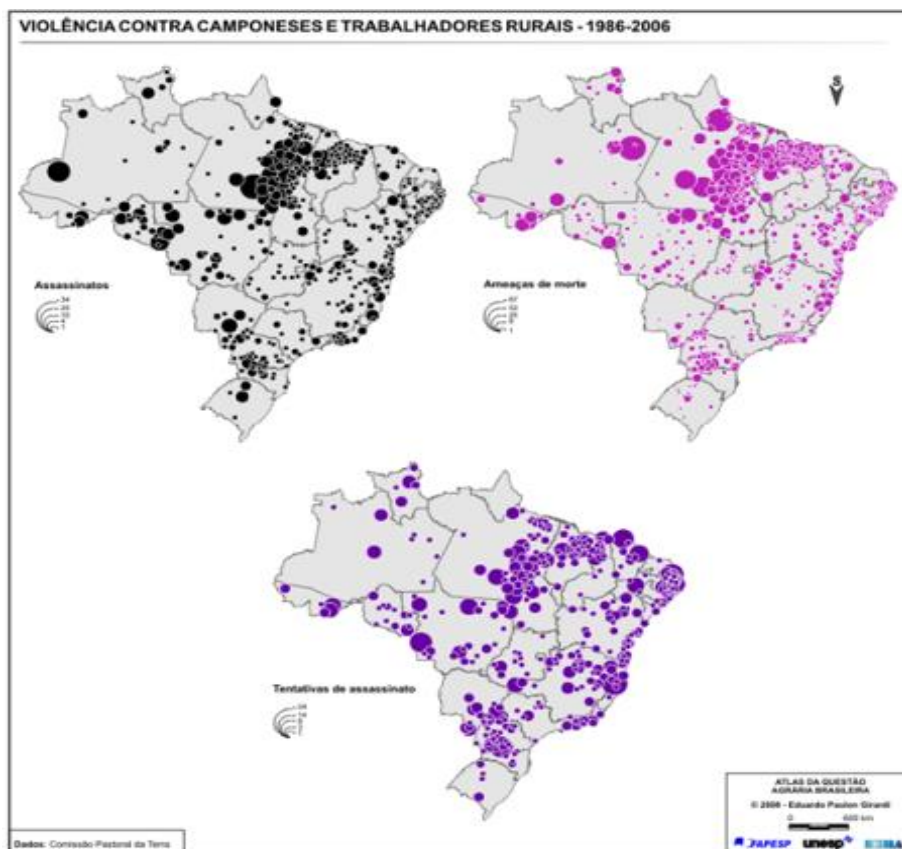
Figura 02 - Assassinatos e ameaças de morte e tentativas de assassinato entre os anos de 1986-2006.²⁴



²³ MST, *Assassinatos no Campo, crime e impunidade*, 1985, p. 192 e 195. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=2032>>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

²⁴ Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

Figura 03 - Violência contra camponeses e trabalhadores rurais de 1986-2006.²⁵



O documento ainda afirma haver a existência de cerca de 15 mil famílias acampadas em fazendas e estradas em busca de terras. Estavam presentes nos estados da Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais dentre demais estados. As lutas reivindicavam além do direito as terras, o crédito rural, a saúde, o direito ao trabalho e a um salário digno.²⁶

1.4. O Governo Neoliberal de Collor e FHC

Em carta direcionada a Collor, o MST registra sua insatisfação descrevendo 14 incidentes em estados diferentes de episódios de truculência policial e paramilitar. Dois casos são bastante representativos: em Minas Gerais, 100 famílias de trabalhadores rurais Sem-Terra ocuparam uma fazenda no município de Itarumã, elas foram despejadas pela polícia militar e um grupo de pistoleiros. O conflito começou por volta das 19 horas e se estendeu por toda madrugada, lavradores foram

²⁵ Cf., nota 23.

²⁶ Cf., nota 18.

espancados e tiveram seus barracos queimados. Outro exemplo ocorreu na Paraíba, um grupo paramilitar fez o despejo, ferindo gravemente três lavradores, onde há posseiros os quais já viviam por mais de 40 anos.²⁷

Collor nomeou Antônio Cabrera Mano Filho para encabeçar o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, ele era latifundiário, filho e neto de fazendeiros. O Incra foi diretamente submetido a este ministério. O objetivo era subordinar a reforma agrária à política de modernização agrícola e postergá-la por maior tempo possível.

Segundo Claudinei Colleti, a primeira medida de Cabrera foi criticar o governo Sarney, perguntando onde foi investido os títulos da dívida agrária no governo anterior e associar os ocupantes de terra com a CUT e ao PT, na intenção de desmoralizar o movimento.

Claudinei Colleti em sua análise sobre um relatório desenvolvido pelo INCRA, observa que os entraves para a realização da reforma se davam em três esferas, elas eram de ordem jurídica, orçamentária e administrativa:

Jurídica, porque a Constituição de 1988 não definiu juridicamente a pequena e média propriedade, nem a propriedade produtiva, além de ter deixado para a legislação complementar a definição do procedimento contraditório especial utilizado no caso de desapropriação por interesse social, problemas somente resolvidos em 1993, do capítulo II deste trabalho. Orçamentária, porque houve, no período, uma limitada dotação, além de bloqueio de recursos, geralmente liberados apenas no final dos exercícios. E administrativa, porque a carência de pessoal foi, de forma brutal, agravada pela política de disponibilidade adotada pela reforma administrativa de Collor, que atingiu, de maneira geral, 40% dos servidores e diminuiu o efetivo de funcionários do INCRA.²⁸

A figura de Fernando Henrique Cardoso, FHC, desagradava os setores camponeses e simpatizantes do MST, ele se candidatou pelo MDB em 1978, se elegeu como senador pelo PMDB, partido no qual foi líder no senado. Ele se auto exilou no Chile durante a Ditadura Militar. Lecionou em Paris em 1967, onde foi

²⁷ MST, *A situação atual do campo frente ao Governo Collor*. 1990. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/situa%C3%A7%C3%A3o-atual-do-campo-frente-ao-governo-collor>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

²⁸ COLLETI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal* Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas/SP, 2005, p. 186.

reconhecido como um dos analistas mais promissores do “regime militar brasileiro”.²⁹

FHC não agradava os setores do MST, segundo Fabiano Coelho, ele representava um continuísmo a uma política que vinha sendo implantada desde a ditadura militar. Ele representava as elites, os grupos econômicos privilegiados, o mesmo grupo de concentração econômica e com apelo para o agronegócio, a modernização do campo e expropriação das terras, assim sendo visto como uma ameaça e contrário à vontade popular e pelo anseio da luta pela terra e a reforma agrária.

Nas eleições de 1994, FHC, dentre os demais candidatos representava os grupos econômicos privilegiados, enquanto Luís Inácio Lula da Silva representava os trabalhadores, os movimentos sociais e setores da esquerda progressista, tais como intelectuais e estudantes.

Na presidência, FHC deu continuidade ao legado de Fernando Collor, o neoliberalismo e sua política de privatizações e do estado mínimo. Assim era constatada a visão do *Jornal Sem Terra*, o jornal do MST o qual fora originado de um boletim da mesma instituição:

Editoriais do *Jornal Sem Terra* relacionados ao presidente FHC (1998-1999).

Tabela 03 - Manchetes do *Jornal Sem Terra* no ano 1999.

A ditadura moderna do Governo FHC SP, ano XVII, nº 183, out/1998, p. 2.
Um pacote anti-social e inútil SP, ano XVII, nº 184, nov/1998, p. 2.
Governo FHC: Quatro anos de enrolação SP, ano XVII, nº 185, dez/1998, p. 2.
FHC quebrou o país SP, ano XVII, nº 186, jan-fev/1999, p. 2.
O governo FHC acabou SP, ano XVII, nº 187, março/1999, p. 2.
FHC: Um Governo sem moral SP, ano XVII, nº 188, abril/1999, p. 2.
Governo FHC ataca o MST para não fazer reforma agrária SP, ano XVII, nº 189, maio/1999, p. 2.
Aumenta a crise no Governo SP, ano XVII, nº 190, jun/1999, p. 2.
A cada dia piora o governo SP, ano XVII, nº 191, jul/1999, p. 2.

²⁹ Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em: 14 de mai. 2020.

A ingovernabilidade de FHC SP, ano XVII, nº 192, ago/1999, p. 2.
Avança a crise no Brasil SP, ano XVII, nº 193, set/1999, p. 2.
Paralisação nacional SP, ano XVII, nº 194, out/1999, p. 2.
A decadência das elites brasileiras SP, ano XVIII, nº 195, nov/1999, p. 2.

Dentre os editoriais mencionados é possível notar a visão do MST a respeito do presidente, como alguém de más intenções e contrário aos interesses dos trabalhadores rurais. Ficou constatado um governo de continuidade, apenas com uma atuação social-democrata (por causa) sigla do partido ao qual pertencia, enquanto se protelava falsas promessas a respeito da reforma-agrária.

O Neoliberalismo de FHC foi responsável por um sistema de proteção social no qual abrangeu as áreas da saúde, educação, previdência social, combate à pobreza.

Dentre as medidas principais no plano da educação estavam o reforço e a ampliação de programas nacionais de capacitação de docentes, sendo dentre elas, a TV Escola, a principal delas. Além disso, promoveu a modernização do ensino fundamental e médio tendo por objetivo a elaboração e a distribuição de materiais a todos os professores das redes públicas, segundo os dos Parâmetros Curriculares. No caso das avaliações educacionais, desenvolveu a supervisão e o monitoramento da qualidade do ensino nos três níveis.³⁰

No campo da saúde foi desenvolvido o sistema de transferências e subsídios monetários, funcionava da seguinte maneira: se diversificava e ampliava com a criação de CPMF, redistribuía recursos para assistência básica. Além disso, se fazia a transferência monetária às famílias com risco nutricional (Bolsa-Alimentação, em 2001). Para além disso, se desenvolveu o Programa Saúde da Família no qual consistia em assistencialismo promovido por agentes Comunitários de Saúde e Piso de Assistência Básica. Por fim, promoveu como prioridade programas de combate à Mortalidade Infantil e Saúde da Mulher.

No sistema de previdência social o governo FHC reformulou o seguro desemprego, instituiu nova idade mínima para a aposentadoria, além disso, criou o auxílio natalidade, auxílio funeral e renda mensal vitalícia.

³⁰ DRAIBE, Sônia, *A política social no período FHC e o sistema de proteção social*. São Paulo: Scielo, 2003.

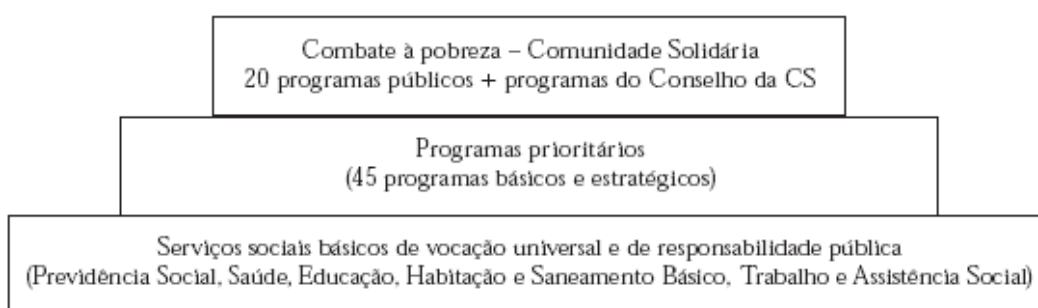
Na área dos empregos, criou os programas Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda), Pronaf (Programa de Apoio à Agricultura Familiar), Procerá (Programa de Crédito para a Reforma Agrária) todos vinculados ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social). Além de todas essas contribuições ainda promoveu o Bolsa-escola e o Bolsa alimentação para as famílias de baixa renda.

Nas tabelas a seguir está exposto o modelo de proteção social dos mandatos de FHC:

Figura 04 - Governo FHC: Estratégia de Desenvolvimento Social.

Governo FHC: Estratégia de Desenvolvimento Social

OBJETIVOS	CONDIÇÕES NECESSÁRIAS	DESAFIOS
Garantia dos direitos sociais	Estabilidade macroeconômica	Crescimento econômico
Igualdade de oportunidades	Reforma do Estado	Geração de emprego
Proteção aos grupos vulneráveis	Retomada do crescimento econômico	Melhora da distribuição de renda
	Reestruturação dos programas sociais universais	



Fonte: DRAIBE, Sônia, A política social no período FHC e o sistema de proteção social. 2003.

No Brasil, FHC foi responsável por um processo de privatizações abrangente sendo taxado como “entreguista” pelos setores da esquerda. Trata-se de uma política de privatizações e expropriações a qual gerava dependência do capital internacional e das multinacionais, uma perfeita aliança entre a grupos econômicos privilegiados e o Estado. Se abandonando, portanto, o nacional desenvolvimentismo no qual se fazia industrialização nacional com regulação da interferência exterior, como foi feito na política econômica e social desde 1930 com

Vargas, e se substituíria por um modelo favorável a dominação por parte das grandes potenciais perdendo assim a soberania nacional.³¹

Em concordância com as privatizações e terceirizações do governo FHC estavam o ataque aos direitos trabalhistas como por exemplo o arrocho salarial, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e minar setores como o do petróleo, telecomunicações e da energia elétrica.

O neoliberalismo é uma corrente política no Brasil que teve sua implementação com Collor, continuidade com FHC, mas origem no governo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente. A crença dos neoliberais se baseia na defesa contundente do capitalismo como um sistema que garante maior conforto e progresso para a humanidade desde antes das revoluções industriais em uma lógica de mercado.

Porém, o capitalismo é em sua base contraditório, pois nessa lógica de acumulação das riquezas há sempre um processo de exploração de uma classe dominante a qual detêm o capital, sendo assim os meios de produção sobre a classe dominada a qual precisa vender a sua força de trabalho para receber salários como forma de subsistência.

O MST concebe como prioritário a luta por direitos dos trabalhadores e são opositores ferrenhos do estado neoliberal, pois não enxergam nele uma via de desenvolvimento útil aos indivíduos menos abastados, por isso fazem suas reivindicações.

Funcionava da seguinte forma: uma associação de pequenos produtores ou de Sem-Terra deveria procurar um agente financeiro ou o órgão de terra do estado com uma proposta para assentamento. Após a análise do pedido, seria oferecido um montante com recursos no qual poderia adquirir terra. No próximo passo, a ordem retornaria aos órgãos governamentais para que estes avaliassem a qualidade da terra, a adequação do preço de acordo com o mercado regional. Assim sendo, o crédito seria direcionado à associação, que por intermédio de um agente financeiro estatal, adquiriria, em condições de mercado, a propriedade. O financiamento da terra era reembolsável. A associação compradora teria o prazo de até dez anos para reduzir a dívida. Acreditava-se em êxito político, por prezar a negociação e evitar o confronto. A desapropriação continuaria sendo fundamental para o acesso à terra.

³¹ Cf., nota 30.

No entanto, havia desvantagens da desapropriação em relação às negociações para adquirir terras (principalmente referente aos altos preços, os entraves judiciais e os conflitos inerente à desapropriação). Assim sendo os maiores privilegiados pela “reforma agrária de mercado” continuaram sendo os proprietários, havia também muita desinformação entre as associações de camponeses.³²

Nos anos de 1995 e 1996, respectivamente, ocorreram dois massacres referentes a setores do MST - o massacre de Corumbiara e o do Eldorado dos Carajás. O massacre de Corumbiara ocorreu na fazenda Santa Elina, em Rondônia, ocupada por centenas de famílias de trabalhadores Sem-Terra, onde centenas de policiais e jagunços foram contratados por um latifundiário para atacar na calada da noite essas famílias acampadas, não distinguindo os maus tratos a crianças e idosos, resultando num total de onze mortos. Os camponeses só contavam com foice e enxada, enquanto a polícia estava fortemente equipada com armas de guerra.

No ano seguinte, no Paraná, milhares de Sem-Terra se manifestaram em reivindicação a implementação da reforma agrária, mas foram expulsos da rodovia por cerca de 155 policiais. A polícia utilizou bombas de gás lacrimogênio enquanto os camponeses contavam apenas com pedras, isto resultou em 19 camponeses mortos e 69 mutilados. A grande maioria dos policiais responsáveis pelo massacre foram anistiados. O MST, expressando-se por meio do *Jornal Sem Terra* acusou o governo FHC como responsável pela omissão da reforma agrária e denunciou os massacres anteriormente mencionados. FHC auxiliado pela mídia burguesa se referia e criava a referência do MST como baderneiros, incivilizados, portanto, sem direito ao diálogo, levando ao inconformismo dos mesmos diante das atrocidades ocorridas.³³

Em 1997, a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que foi a Brasília, tinha por objetivo explorar e intensificar a comunicação dos movimentos de luta pela terra com a sociedade e se opor ao governo FHC, o qual buscava isolar e acuar o MST. A “marcha” deu repertório aos Sem-Terra e suas demandas em todos os noticiários da televisão e nas capas dos principais jornais do país. Foi a primeira ampla manifestação a política neoliberal no governo FHC, sendo responsável por cerca de 100 mil manifestantes em Brasília. Desses

³² MEDEIROS, Leonilde. *Marchas e Contra-Marchas na política de reforma agrária no governo Fernando Henrique Cardoso* (1995-2002). [s.l.: s.n.], 2004, p. 05.

³³ *Ibid.*, p. 01.

manifestantes, a maioria não era constituída de Sem-Terra, mas estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, trabalhadores urbanos solidários ao MST.

Fernando Henrique por sua vez recebeu lideranças do MST no Palácio do Planalto, porém, não fizeram um acordo. No entanto, segundo Claudinei Coletti, o número de conflitos e de repressões ao MST cresceu cerca de 98% entre 1994 e 1998.³⁴

1.5. Governo Lula

O presidente Lula no início de seu governo (2003-2010) comprometeu-se com as demandas do MST, como o assentamento de 1 milhão de famílias, tendo recebido amplo apoio dos movimentos sociais, inclusive do MST, na sua campanha eleitoral, isso está demonstrado no *Jornal Sem-Terra*. No entanto, do primeiro para seu segundo mandato tornou seu governo mais brando, isso se deu por prezar a organização e pela manutenção da ordem frente ao equilíbrio de forças de classes.³⁵

No primeiro mandato do presidente Lula houve um crescente número de ocupações, o que trouxe otimismo para o movimento dos Sem-Terra. Lula representava para os movimentos sociais uma esperança em contraposição as políticas neoliberais dos governos anteriores. No entanto, em relação a reforma agrária promoveu reformismos e/ou continuidades as políticas já implementadas anteriormente.

O Grito da Terra é o principal evento da agenda sindical do campo. No ano de 2003, o evento contou com as devidas formulações a respeito de quais deveriam ser as novas questões emergenciais e reivindicações: 1) Assentar todas as famílias acampadas, segundo um cronograma de execução de metas definidas junto aos movimentos sociais; 2) Construir, com os movimentos sociais, um plano de “recuperação” dos Projetos de Assentamentos antigos, disponibilizando equipes de Assessoria Técnica para, junto com os assentados, elaborar o diagnóstico e o “Plano de Recuperação” do Assentamento; 3) combater a violência e impunidade no campo, nas suas mais diversas formas, agilizando e articulando ações, especialmente, para o desmantelamento das milícias privadas; 4) Estabelecer uma

³⁴ COLLETTI, Claudinei. Op. cit., p. 19.

³⁵ DUARTE, Nayara Nantes. *A luta pela terra no Brasil: A relação entre o MST e os governos FHC e Lula*, TCC (Graduação em Ciências Políticas) – UNB, Brasília, 2017, p. 23.

Nova Metodologia para a Implantação dos Projetos de Assentamento, que rompa com o isolamento e a descontinuidade na instalação de infra-estrutura, execução de serviços e na liberação dos créditos.³⁶

Em 2003, o presidente Lula participou do Grito da Terra promovido pelo CONTAG e prometeu o assentamento de 60 mil famílias no mesmo ano. Além disso, segundo Albuquerque, declarou apoio as medidas do MDA, (Ministério do Desenvolvimento Agrário) como a extinção do Banco da Terra, o que não eliminou a reforma agrária por haverem setores do governo favoráveis ao crédito fundiário, a retirada dos nomes de trabalhadores do MDA, anteriormente excluídos dos programas de assentamento por conta de suas ocupações, liberação de cestas básicas para famílias de todo o país, renegociações de dívidas com agricultores familiares e a definição de um plano nacional para a reforma agrária. Albuquerque indica a constatação do governo na qual:

Sobre a demanda da Reforma Agrária, a Proposta classifica três modalidades: 1) potencial: atinge cerca de 6 milhões de famílias compostas de trabalhadores agrícolas Sem-Terra ou cujos estabelecimentos agropecuários são insuficientes para sua manutenção; 2) explícita: referente aos inscritos no Programa de Acesso Direto à Terra, perfazendo 839.715 cadastrados; 3) emergencial: que são famílias acampadas que, segundo a Ouvidoria Agrária Nacional, em outubro de 2003, totalizavam 171.228 famílias.³⁷

Para isto o governo resolveu apresentar as tais metas as quais não agradaram os setores da oposição como por exemplo:

Meta 01: Assentar 1 milhão de novas famílias. Meta 02: Assegurar às famílias assentadas uma renda bruta mensal equivalente a três salários mínimos. Meta 03: Criar 2.500 postos de trabalho permanentes no campo. Meta 04: Consolidar os assentamentos de Reforma Agrária criados até 2002. Meta 05: Regularizar os Quilombos. Meta 06: Regularizar a situação dos agricultores ribeirinhos desalojados para a construção de barragens. Meta 07: Reassentar, fora do perímetro das áreas indígenas, posseiros com posses até 50 hectares. Meta 08: Efetuar o levantamento georreferenciado do território nacional, a fim de regularizar os títulos de propriedade de terras. Meta 09: Atender os assentados e os agricultores familiares das áreas de reordenamento fundiário e desenvolvimento territorial com assistência técnica, extensão rural e capacitação. Meta 10: Levar, por meio do Plano Safra, o crédito agrícola e a garantia de preços mínimos aos assentados e agricultores familiares.³⁸

³⁶ CONTAG Filiada à CUT, *Pauta do Grito da Terra Brasil*, [s.l.]: Contag, 2003.

³⁷ ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. *Reforma agrária no Governo Lula: Uma análise do II "Plano Nacional de reforma agrária*, Tese (Mestrado em Serviço Social) - UNESP, Franca/SP, 2006, p. 99.

³⁸ *Ibid.*, p. 101.

Por falta de recursos financeiros do MDA, o governo encontrou um entrave para a realização de suas propostas, inclusive quanto as políticas de assentamento, o que levou os movimentos pela luta agrária a entrar em uma jornada a qual foi pejorativamente denominada pela grande mídia como Abril vermelho, pressionando o governo. Assim sendo o governo resolveu adotar novas medidas como a desapropriação de imóveis rurais improdutivos que agora passariam a ocorrer em 7 meses ao invés de 14, novo benefício rural de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) por família. No entanto, apesar dessas medidas adotadas a retomada da pressão do movimento levou a mais massacres, um no município de Felisburgo e o outro em Unái (ambos no estado de Minas Gerais). Crianças e idosos sofreram agressões físicas e camponeses foram mortos, além de ter sido emitido mandatos de reintegração de posse.

Diante de tal demanda, o governo Lula não realizou as medidas por ele propostas para a realização da reforma agrária e o MDA, mas desenvolveu programas assistencialistas que beneficiaram a população rural como por exemplo o Fome Zero, o qual tinha por meta acabar com a fome, gerar renda, desenvolver e fortalecer a agricultura familiar.

Segundo Duarte, Lula recebeu uma delegação do MST no Palácio do Planalto, o que gerou inconformismo e ataques da oposição, houve até mesmo ameaças de impeachment. Isto acabou levando a CPMI da terra que tinha por objetivo fazer o diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira e os processos de reforma agrária e urbana, além de abordar os movimentos sociais de trabalhadores e de proprietários de terra.

Os latifundiários, por sua vez, também deram continuidade ao seu legado com poder de indicar nomes para o Ministério da Agricultura. A CPMI da terra em conjunto a oposição e a mídia burguesa foi responsável por críticas e por criminalização do movimento conseguindo inclusive impedir a primeira desapropriação feita pelo governo Lula. Além disso, os camponeses os quais ocupavam terras continuavam sendo mortos por pistoleiros.³⁹

Em relação ao MST, Miguel Rossetto (Ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário) recebia muitas críticas, principalmente de Stédile, líder do movimento, que o acusava de manter o projeto de Cardoso em relação a reforma agrária de

³⁹ DUARTE, Nayara Nantes. Op. cit., p. 25.

mercado. Entretanto, é importante perceber que o ministro não deu continuidade ao o Banco da Terra, substituindo-o pelo Crédito Fundiário. Porém, mesmo os objetivos menores determinados pelo Ministério não foram alcançados durante o primeiro mandato de Lula, por conta da falta de recursos, menos de 380 mil famílias foram assentadas. Após esse primeiro ano de gestão, passado o esplendor do otimismo inicial, os movimentos sociais passam a perceber a vagareza com que o governo estava tratando de assuntos como a reforma agrária. No vale do Jequitinhonha, MG, ocorreu mais um massacre de um movimento denominado pejorativamente pela mídia de Abril Vermelho.

O governo Lula, como foi dito, iniciou seu primeiro mandato com amplas promessas de reforma agrária. No entanto, com o passar do tempo se tornou menos combativo para o descontentamento do MST. O governo Dilma, em continuidade a negligência, apenas assentou 1617 famílias. O governo Lula foi responsável pela continuidade do programa legado pelo FHC, o PRONAF, (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e sua integração com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), dentro dele a criação de uma secretaria específica (Secretaria da Agricultura Familiar), sendo este um espaço privilegiado de políticas de crédito, assistência técnica, educação, além da promoção de eventos, como as Feiras da Agricultura Familiar.⁴⁰

⁴⁰ MEDEIROS, Leonilde. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo. *Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 131-152.

Capítulo 2 - As atividades do MST e sua visão sobre Política Brasileira

2.1. Experiências de assentamentos

Conforme afirma Tavares, os assentamentos rurais são caracterizados por serem construídos com a finalidade de estabelecer unidades de proteção a partir de políticas governamentais que beneficiam os trabalhadores rurais sem-terra. Eles tinham o propósito de evitar os conflitos no campo e promover as demandas socioeconômicas de áreas improdutivas.⁴¹

A mera distribuição de terras sem o auxílio técnico e os meios de produção necessário para a realização são insuficientes, além de manterem as relações de dominação de uma classe social sobre a outra. Assim muitos assentados se tornaram donos de terra, porém semi-assalariados. No entanto, isto pode ser revertido com reivindicações, pressão popular de movimentos sociais, formando contra espaços de luta.

Muitas vezes há uma distância grande entre esse projeto e a realidade do assentamento, isso acontece pela limitação, e despreparo dos técnicos para analisar a qualidade do solo – econômica local. Resultando numa dificuldade das famílias em aceitar as imposições colocadas pelo projeto, que em seu processo de elaboração não contou com a participação delas, não havendo apropriação da proposta.⁴²

Assim sendo, diante da inconformidade das famílias e do fracasso da mera distribuição de terras e estabelecimento de regras sem diálogo, se faz necessário um planejamento e uma gestão participativa popular dos assentamentos para um maior desenvolvimento produtivo e social, isto foi desenvolvido em alguns assentamentos como aqueles com o nome de Roseli Nunes.

⁴¹ TAVARES, Patrícia. *Análise da produção metodológica do processo de planejamento e Organização dos Assentamentos (PPOA) na construção de novas estratégias de Desenvolvimento Rural em Áreas de Reforma agrária*, Tese (Graduação em Engenharia Florestal) - UFRRJ, Seropédica/RJ, 2009.

⁴² ALENTEJANO, Paulo R. R. *Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Cultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

2.1.1. Assentamento Roseli Nunes (Piraí/RJ)

Roseli Nunes foi uma defensora da reforma agrária e do direito das mulheres. Ela foi assassinada aos 33 anos de idade por resistir. Ocupou na madrugada de 29 de outubro de 1985 em conjunto a mais 7000 trabalhadores a fazenda Annoni, um latifúndio improdutivo de mais de 9 mil hectares no município de Pontão, no Rio Grande do Sul.

Durante seus anos de militância participou de uma marcha de 300 quilômetros até Porto Alegre, ocupando a Assembleia Legislativa por um período de dois meses, até o momento de resolução para a situação das pessoas acampadas na fazenda Annoni. Em 1987, durante um protesto com altas taxas de juros e indecisão do governo pela política agrária, um caminhão disparou contra uma barreira humana deixando 14 agricultores feridos e 3 mortos, dentre as mortes, estava Roseli Nunes.⁴³

O legado de Roseli Nunes não foi esquecido, assim seu nome serviu de homenagem para diversos assentamentos e escolas do país e valeu de inspiração para ativistas, sobretudo mulheres do exemplo de resistência e dos direitos sociais não reconhecidos.

Segundo Tavares, durante o período imperial, o Vale do Paraíba era um grande centro produtor de café. Anteriormente, no início do século XIX era quase todo coberto por florestas virgens, habitado por nativos e pequenos produtores. No entanto, a região aos poucos foi devastada e ocupada por latifundiários, contando com a presença de escravos, assim se estabeleciam os barões do café. Em tempos de baixa produtividade, a rentabilidade aumentava para os cafeicultores. Logo os solos se tornaram menos férteis e houve expansão da agropecuária, promovendo o desemprego na construção de novas estratégias de Desenvolvimento Rural em Áreas de Reforma agrária⁴⁴. Finalmente com a segunda metade do século XX a produção passou a ser de monocultura de eucalipto, drenando todos os nutrientes do solo.

⁴³ Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil/>> Acesso em: 05 de abr. 2020.

⁴⁴ TAVARES, Patrícia. Op. cit., p. 06.

Foi estabelecida uma metodologia facilitadora da tomada de decisões das famílias assentadas, mantida um modelo de poder horizontal, colaborativo na qual todos participam, tendo o direito de opinar, ao invés de uma espécie de vanguarda a qual dita tudo enquanto os necessitados apenas obedecem. Isto tudo levando em conta aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Para tanto, promovem a execução dividida em etapas, entre as mesmas: “a formação, a capacitação e atividades no campo, com a coleta de dados qualitativos e quantitativos, tanto do assentamento quanto da região relacionada”. Os levantamentos, por sua vez, se dão através de entrevistas, assembleias e oficinas.

São divididos grupos de trabalho de parceiros e setores do MST. Assim sendo; o setor territorial, o qual identifica questões referentes a composição física e geográfica do assentamento, além de analisar o solo, clima, vegetação, fauna, flora e localização; o setor Social, busca analisar a situação sociocultural das famílias; a Política, a qual notifica o nível de organização política do assentamento; o setor econômico, o qual identifica o perfil produtivo do assentamento, levando em conta os meios de produção utilizados.

O assentamento Roseli Nunes é marcado pela presença de grandes concentrações fundiárias e enfrentou diferentes ciclos de exploração. O principal ciclo foi o do café, o qual levou a exaustão das terras e o abandono das mesmas, depois da queda da produtividade. Atualmente este ciclo foi substituído pela construção de metalúrgicas e da construção da Rodovia Presidente Dutra.

Se seguiram seis etapas para o reconhecimento do histórico das famílias através da linha do tempo. A primeira buscou entender o território através do desenho do assentamento do mapa e se realizou caminhadas em áreas indicadas pelas famílias, o que facilitou a compreensão de sistemas produtivos que foram posteriormente debatidos. Ainda que em pequena quantidade se notou a criação de porcos, galinhas e bezerros e plantações de aipim, abobrinha e couve.⁴⁵

Na segunda etapa foram desenvolvidos espaços de agroecologia, cooperação e em legislação ambiental. Na terceira etapa foi promovida uma coleta de dados da qualidade do solo e mapeamento litológico, além da qualidade de habitat. Se observou os motivos da degradação do solo, entre os mesmo a presença de queimadas, a terra não pode ficar exposta sem vegetação qual a cubra. Em

⁴⁵ TAVARES, Patrícia. Op. cit., p. 42.

seguida, na quarta etapa foi registrado a dimensão social abordando os sonhos individuais de mulheres, jovens e crianças e nos núcleos foram realizados desenhos nos mapas.

Assim, surgiram projetos relacionados a educação, saúde, produção, comercialização, cultura e lazer para todos. Na quinta etapa, foram elaborados como seria desenvolvido a realização desses sonhos. Na última etapa se desenvolveu a experiência prática, com foco na recuperação ambiental, com adoção de princípios agroecológicos. Professores parceiros de universidades como UENF, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRRJ, GETERRA, GAE, ATES e assessores também contribuíram.

2.1.2. Assentamento Capelinha (Conceição de Macabu/RJ)

O assentamento Capelinha fica no município de Conceição de Macabu. Cerca de 90% de Capelinha I e de Capelinha II estão localizadas no distrito sede de Conceição de Macabu, sendo que 10% do imóvel Capelinha I no município de Carapebus.

Segundo Aleixo, a ocupação da Fazenda Capelinha deve ser compreendida a partir de um conjunto de razões que desenvolveram este assentamento. Entre os principais aspectos socioeconômicos regionais no momento da ocupação foram:

- 1) A crise do setor sucroalcooleiro e da agricultura canavieira o que levou a falência da Usina Vitor Sence em Conceição de Macabu.
- 2) Retomada das lutas pela terra no Estado do Rio de Janeiro, particularmente no Norte Fluminense, também denominada por Gonçalves (2002) como a territorialização do Movimento Sem-Terra no Rio de Janeiro.⁴⁶

Em relação à crise do setor sucro-alcooleiro, a implantação desse segmento na Região Norte Fluminense para a produção de açúcar e álcool passou a ser a principal atividade econômica dos municípios que compõem a região até o início dos anos 1990, quando possuía cerca de 25 usinas em funcionamento, alcançando parcela significativa da produção nacional.

⁴⁶ ALEIXO, Duvanil. *Mudanças de Beneficiários e formas de reocupação de lotes no assentamento capelinha*. Tese (Mestrado em Ciências sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - UFRRJ/RJ, Conceição de Macabu, Seropédica/RJ, 2007, p. 89.

Em seguida, a crise na agricultura canavieira se intensificou, assim sendo na década de 1990, diversas usinas do Norte Fluminense entraram num processo de falência, isto foi utilizado pelos usineiros e proprietários para evitar as dívidas públicas e privadas.

Seguindo nesta mesma lógica não se comprometiam com os processos judiciais promovidos por trabalhadores e as devidas irregularidades trabalhistas. Assim sendo, a Usina Victor Sense, localizada em Conceição de Macabu foi fechada.⁴⁷

Esta, por sua vez, era de suma importância econômica e política para o município, empregando cerca de 8% da população, representando aproximadamente 59% da renda interna gerada no município. Cerca de 90% da área das várzeas do município, sendo estas férteis, eram usadas para o cultivo exclusivo de cana-de-açúcar. A usina possuía nove fazendas, entre as mesmas Capelinha I e II, posteriormente ocupadas.

Nos anos que vieram a seguir, (1995 em diante) oito fazendas desta localização foram vendidas. As fazendas Capelinha I e II foram vendidas para um empresário de Minas Gerais. As fazendas, no entanto, continuaram sendo usufruídas da mesma forma: uma área relevante das terras continuou arrendada e as lavouras de cana que ainda restavam foram vendidas para usinas de açúcar e álcool de municípios vizinhos (Carapebus e Quissamã).

Sob direção de sindicatos, se sucederam greves dos trabalhadores da usina no final dos anos 1980 com apoio da Comissão Pastoral da Terra. Estas instituições promoviam a doação de alimentos e roupas e coordenavam politicamente os grevistas na luta pelos direitos trabalhistas.

Com esta experiência política de trabalhadores da usina e outros trabalhadores da região, foi então realizada a ocupação nas terras da fazenda Severina em 1993, promovida por um grupo de cerca de 120 famílias.

No entanto, houve fracasso na ocupação e organização do acampamento na fazenda Severina, com a expulsão violenta dos ocupantes, os acampados se dividiram e depois voltaram a se reunir. No momento seguinte com mais experiência com o acontecido, assim alguns fizeram a ocupação de Cambucás em

⁴⁷ Ibid., p. 20.

Silva Jardim, o outro grupo se organizou originando, por sua vez, à ocupação de Capelinha.⁴⁸

O assentamento São Domingos, o qual prestou apoio fundamental para a construção de Capelinha I e II, ocorreu num período de redemocratização do país. O mesmo é produto da ocupação, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) por trabalhadores de Itaguaí e de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Decorridos seis meses de negociações travadas pelos acampados, a problemática foi resolvida com uma proposição do governo estadual de transferência dos trabalhadores para fazenda pertencente ao Estado (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) no município de Conceição de Macabu.

A princípio, os trabalhadores foram recepcionados com hostilidade, os assentados de São Domingos sofreram resistências da população local e das autoridades constituídas de Macabu, os quais os rotularam de "favelados ou grupo de Itaguaí". Isto tudo foi sendo superado com o passar dos anos⁴⁹. O apoio promovido pelos assentados de São Domingos começou a partir dos trabalhos de base, então se seguiram reuniões preparatórias para a ocupação, representando a esperanças do grupo Sem-Terra, dos desempregados da usina e dos moradores da cidade de Conceição de Macabu.

A ocupação de Capelinha ocorreu na madrugada do dia 28 de junho de 1996 com cerca de cento e sessenta pessoas, com a contribuição de São Domingos, representantes da CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Movimento Sem Terra. Foi promovida a operação política conjunta entre os assentamentos Cambucás e São Domingos, além disso, participaram a Comissão Pastoral da Terra e agências de apoio e solidariedade, entre eles, diversos sindicatos e Ongs (organizações não governamentais). São Domingos deu um trator com maquinários para o desenvolvimento de horticultura.

O proprietário da fazenda entrou na justiça contra a desapropriação. Buscando legitimar sua reação, declarou à imprensa, mostrando-se inconformado, que estava preparando as instalações da fábrica de acetona para reabri-la brevemente. Três meses em seguida o Incra decretou a desapropriação das fazendas, assim sendo, a instituição promoveu o cadastramento das famílias então acampadas.

⁴⁸ Ibid., p. 20.

⁴⁹ Ibid., p.20.

O Projeto de Assentamento de Capelinha foi inaugurado com a assinatura dos contratos de assentamento entre os assentados e o Incra, ocasião na qual autoridades estaduais, o Secretário Estadual de Justiça, o Superintendente do Incra e lideranças do MST se confraternizaram (e se confrontaram) em uma cerimônia no assentamento.

O assentamento é caracterizado pela Fazenda Capelinha I (1.466,54 ha) e da Fazenda Capelinha II (358,26 ha), num total de 1.824,8 ha, correspondendo a uma área líquida total equivalente a 1.673,2974 ha.

Assim, uma vez ocupadas as terras da antiga Usina, cabia aos acampados fazerem a organização do espaço. Então promoveram como organização interna a constituição de uma Associação de Trabalhadores Rurais, já em junho de 1996, imediatamente após a ocupação da terra. Se recusaram em se organizar em Cooperativas – MST estadual, – assim ocorreram disputas a respeito da forma de organização a ser seguida, na qual vigorou o modo da Associação de São Domingos.

Além disto, vale ressaltar o processo de tomada de decisão da Associação de São Domingos copiado pela Associação de Capelinha, pautada em Assembleias Gerais - reuniões cujas deliberações são oficializadas em Atas - a partir da participação dos assentados associados. As Assembleias Gerais tinham por metas gerais a discussão e a definição dos rumos do assentamento, priorizando os principais problemas e definindo estratégias para superá-los, instituindo direitos e deveres dos associados e julgando casos e problemas internos pendentes.

As Atas não eram apenas mais um ato burocrático necessário ao bom andamento da organização em que participam. Na verdade, se atribui as mesmas uma forma de expressão da maneira pela qual os assentados e suas organizações convivem internamente e se relacionam com o mundo de fora. Além disso, refletem também o modo pelo qual os assentados e suas organizações se enxergam e se encaram a si próprios e o contexto no qual se inserem; assinalando problemas mais relevantes e como resolvê-los. As atas são consideradas essenciais pelo movimento, pois eles afirmam que uma Associação não tem passado nem futuro sem a formulação de uma.

2.2. Educação no Campo

Durante a primeira metade da década de 1960, os movimentos pelas reformas de base - reformas eleitorais, tributárias, agrárias, urbana, bancária e universitária – foram fortalecidas. A ditadura militar por sua vez reprimiu intensamente todos estes movimentos sociais, tanto no campo, quanto na cidade. Ocorreram muitas prisões arbitrárias, torturas, processos forjados, assassinatos de operários, camponeses, líderes sindicais, de membros da igreja e de partidos de esquerda. A ditadura promoveu iniciativas e medidas com o objetivo de integrar o Brasil na corrente de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial.

Enquanto a educação rural foi negada em relação aos agricultores, por conta das ações e das políticas governamentais, entidades de agricultores buscaram promover uma educação rural, um modelo de educação integral do campo. Estas lutas compõem iniciativas em oposição a concentração fundiária, do poder e do conhecimento.

Se faz necessário indicar algumas características para a construção das Escolas do Campo. Do princípio da compreensão de Educação como “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e do entendimento que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, os “currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.⁵⁰

Assim sendo, o movimento considerava de suma importância a formação política da classe trabalhadora, não podendo ser entendida como um privilégio, mas um pré-requisito para a independência e libertação desta classe. Nesse sentido, a educação era compreendida como um fator intrinsecamente ligado a luta de classes.

⁵⁰ BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 1º, 22 e 26. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>> Acesso em: 21 de mai. 2020.

Para os integrantes dos movimentos pela educação nos campos, a promoção desta via em Cursos de Residência Agrária, aparenta ser a melhor opção e mais duradoura forma de luta no campo.

Nesta promoção de educação no campo então surgem os Núcleo Territoriais de educação (NT), nos quais são compostos coletivamente, por comunidades e movimentos para a promoção de diversos processos de formação. Nos mesmos são organizadas as Escolas Itinerante de Formação, locais de formação política, dinâmicos e orgânicos, os quais visam estimular atividades formativas nos territórios. Se tomam os devidos cuidados para haver uma unidade político pedagógica nas diversas Escolas e, ao mesmo tempo, se adequando as demandas específicas de cada Núcleo Territorial.

Vale ressaltar também que as Escolas Itinerantes de Formação cumprem entre as suas funções:

- a) Articular e potencializar o trabalho de base junto às comunidades; b) Fortalecer a formação política das lideranças e de quadros; c) Fortalecer a relação dos movimentos sociais e as comunidades; d) Manter viva a memória e a história das comunidades; e) Criar os espaços de experimentação da relação da teoria com a prática; f) Desenvolver métodos e tecnologias adequados a partir das realidades e necessidades das comunidades; g) Potencializar as tarefas do TC nos Núcleos Territoriais.⁵¹

2.3. Objetivos das Escolas Itinerantes de Formação

Dentre as metas das Escolas Itinerantes de Formação estão o ensino da teoria e a prática das ações nos territórios, promovendo desta forma espaços de formação e de compreensão da sociedade na qual estão inseridos, tendo como norte a sua transformação:

- a) Estabelecer a relação entre a teoria e a prática das ações nos territórios, proporcionando por meio dessa relação espaços de formação e de compreensão da sociedade em que estão inseridos, na perspectiva de transformá-la; b) Intensificar a relação entre agroecologia, cultura, comunicação e arte nas ações formativas; c) Integrar as pesquisas às ações formativas no território, levando em conta a realidade local; d) Proporcionar intercâmbio entre lideranças internas e externas ao território, envolvendo nelas os sujeitos sociais que demandam uma

⁵¹ Residência agrária na UNB. *Escolas Itinerantes de Formação*. 2015, p. 48. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/caderno-1-resid%C3%A2ncia-agr%C3%A1ria-da-unb-escolas-itinerantes-de-forma%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 14 de mai. 2020.

práxis transformadora, estimuladas pelas propostas pedagógicas dos cursos de formação; e) Possibilitar a participação das diversas entidades populares e movimentos sociais do território na promoção das ações formativas; f) Preservar a autonomia político pedagógica na elaboração e desenvolvimento das ações formativas, garantindo a relação entre a realidade local e global; g) garantir a autonomia financeira e política em relação aos governos e ONGs; h) Estimular todas as formas de luta social nos territórios e o concomitante processo formativo através destas lutas.⁵²

2.4. Atuação do MST na educação no Campo

O Movimento acredita assim como as escolas itinerantes que a educação deve ser segmentada pela luta classista. Assim sendo, desenvolve um projeto alternativo de educação resgatando valores os quais trazem de volta alguns ideais e utopias considerados mortos. Essa nova cultura em construção, a qual inclui a formação humana, é fruto do processo de formação desenvolvido pelo Movimento.

Vale ressaltar que para o MST a educação é um processo mais amplo, que não se restringe à escola, estando entrelaçado à prática produtiva e política. Para o Movimento, a educação e são os meios para os trabalhadores adquirirem consciência de suas potencialidades e encaminharem ações para a prática revolucionária. A educação, nesta perspectiva, aparece como elemento formador da consciência de classe.⁵³

Nas escolas do MST os professores são devidamente “selecionados a dedo”. O professor tem por responsabilidade a participação da vida do assentamento. Só dar aula é insuficiente. O mesmo deve participar das discussões e ações principais do assentamento na sua completude. Assim sendo o professor deve se doar inteiramente e abraçar a causa dos princípios pedagógicos que dizem respeito ao MST. O professor do MST tem como obrigação o preparo político e técnico, compreendendo a proposta política dos trabalhadores Sem-Terra e trabalhadores.

O movimento está organizado em 23 estados e em muitas frentes das quais são: educação infantil: corresponde ao conjunto dos trabalhos referentes ao período e gestação dos bebês até atividades com mães, estudos de maneiras de educar os filhos, buscas de alternativas para a enriquecer a nutrição, atividades educativas com crianças até os 6 anos de idade; além das frentes de 1º Grau: as quais tem o

⁵² ALEIXO, Duvanil. Op. cit., p. 48-49.

⁵³ Ibid., p. 48-49.

objetivo de se organizar, a partir das necessidades locais e coletivas, na implementação de escolas dentro dos assentamentos, na luta pela garantia e respeito de uma proposta pedagógica nascida e adequada à necessidade dos filhos de trabalhadores rurais. De fazer com que as aulas na prática partam da realidade, para, a partir do meio rural, respeitando esse específico, possam ampliar novos níveis de conhecimento.

A luta vai também no sentido de garantir escolas de 5ª a 8ª série em que seus conteúdos pedagógicos estejam voltados para a produção, ajudando desde aí a encontrar meios de desenvolver o meio rural, e fortalecendo jovens e adolescentes a afeição e luta por permanecer na terra; a frente de educação de jovens e adultos: com o objetivo de romper com as cercas do analfabetismo e decretar as áreas territórios livres do analfabetismo; pôr fim à frente de formação dos formadores: que é composta pelas pessoas que acompanham os conteúdos, a proposta pedagógica, a linha de formação, as práticas, enfim, o conjunto do que compõe a formação dos que estudam 2º e 3º grau dentro da proposta do MST.

Os objetivos são assim apontados: erradicar o analfabetismo das áreas de acampamento e assentamento; conquistar condições reais para que toda a criança e adolescente esteja na escola, estudando. Além de capacitar e habilitar os professores, para que sejam respeitados enquanto sabedores das necessidades e portadores da novidade de construir uma proposta alternativa, de Educação Popular, para que os assentados eduquem os filhos de outros assentados.⁵⁴

O processo de alfabetização está relacionado ao desenvolvimento de significados coletivos para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, se embasando em uma simbologia e a construção de uma identidade de luta pela terra. Assim sendo, a alfabetização está vinculada a demais aspectos, são eles:

Prezar pela terra: o ensino da agroecologia; o aspecto laboral: estando diretamente ligado ao processo produtivo, ao maneira de sistematizar o trabalho, o jeito de cuidar da terra, aos manejos, às técnicas agrícolas, à busca de geração de renda; a capacitação técnica: a EJA é também capacitação, entendida como o domínio de habilidades técnicas necessárias ao desenvolvimento de uma determinada produção; o processo de gestão financeira existente e sua qualificação, o jeito de planejamento da produção; o aspecto da saúde: referente a execução

⁵⁴ FLORESTA, Leila. *Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: Uma pedagogia para a revolução?* Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas/SP, 2006, p. 92.

alimentar, a convivência entre as pessoas, o cultivo e o reconhecimento de ervas medicinais, o cuidado com a higiene e com o manuseio do lixo; a parte arquivística e o zelo pelos documentos: a EJA deve ajudar as pessoas a compreender a necessidade e a finalidade da documentação; o aspecto identitário, o qual deve contribuir para que as pessoas percebam a sua identidade, problematizem a referência Sem Terra; a dimensão dos vínculos com o MST e a classe trabalhadora: significa que educadores e educandos encontrem seu sentido e sua referência no Movimento, quer dizer, nos princípios, valores, interesses e objetivos do Movimento Sem Terra.

2.4.1. Coletivo de Escolas

O Coletivo de escolas de assentamentos de Reforma Agrária é uma auto-organização de escolas públicas de assentamentos do MST, o qual objetiva o desenvolvimento de um modelo comum e a condução do trabalho coletivo nas escolas. É um processo organizativo de outros coletivos, o de gestores e de educadores.

Dentre as proposições do Coletivo de Escolas estão:

Integrar as escolas públicas municipais situadas na Estrada da Reforma Agrária num trabalho coletivo no que se refere à educação e seus vínculos políticos, pedagógicos e organizativos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; desenvolver uma gestão escolar ampla, objetivando a participação de todos os segmentos com o intuito de fortalecer a escola pública desde os assentamentos de Reforma Agrária; garantir o processo de formação permanente dos educadores; pensar e desenvolver atividades conjuntas que fortaleçam a unidade e autonomia das escolas do campo; organizar os coletivos de educadores e de estudantes em cada unidade escolar; desenvolver e socializar experiências pedagógicas que tenham como princípio uma educação pública, popular e socialmente referenciada.⁵⁵

O Coletivo de gestores, uma vez por mês, se reuni. Ele é composto por diretores de escolas, alguns docentes e os membros do Coletivo de Educação do MST daquela região. A representação das escolas se faz pela direção e referente aos docentes, por meio de indicação de seus pares e/ou convites pontuais, o que

⁵⁵ Ibid., p. 93.

dependerá da natureza da pauta. Os encontros ocorrem, de maneira itinerante, permitindo uma alternância em relação ao local, definindo desde o início do ano um calendário dos encontros mensais. Para além dos encontros previstos, a depender da necessidade, realizam-se encontros extraordinários. A dinâmica de funcionamento é bem característica de outros espaços e eventos do MST, um sinal de que a forma como o Movimento se organiza é referência para esses processos escolares.

Quando há demanda de assessores externos para o encontro, esta articulação é realizada pelo Coletivo de Educação do MST, o qual se articula com diversos professores universitários das universidades públicas da região, bem como educadores populares que atuam como formadores nos movimentos sociais daquela região e do Estado.

O coletivo de educadores está presente em cada unidade escolar. Compreende a participação de todos os trabalhadores da escola: merendeiras, vigias, professores, diretor, secretário, auxiliares administrativos. Fundamentalmente, todos são educadores por atuarem em um espaço de formação de crianças e jovens, que mantém relação permanente com estes, e num processo de condução coletiva da escola todos desempenham funções formativas. A dinâmica de funcionamento desse coletivo se dá de forma semelhante ao encontro mensal dos gestores. Uma vez ao mês todos os educadores, no sentido já empregado anteriormente, se reúnem com o propósito de discutir, pensar as diversas atividades e o funcionamento das escolas.

O coletivo de educadores assim se fundamenta como local que busca construir uma visão coletiva do todo da escola e refletir as estratégias de atuação frente à realidade de cada escola, extrapolando as funções atribuídas pelo sistema de ensino para os profissionais que atuam nestas escolas. Na medida em que este funciona bem, o trabalho coletivo se concretiza.

2.5. Agroecologia e o Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS)

A agroecologia teve como forma de desenvolvimento a contribuição e a produção de saberes dos camponeses, indígenas e científicos. Assim, teve por

função a orientação e o planejamento dos modos de trabalho capacitando à reestruturação ecológica da agricultura e da vida em sociedade.⁵⁶

A Agroecologia, portanto, direciona as atividades laborais e o modelo de vida camponeses na organização, planejamento e promove a resistência econômica, política e cultural, além do avanço da reconstrução ecológica da agricultura. Eles se tornam consistentes economicamente ao longo do processo no qual eliminam a utilização dos agrotóxicos, fertilizantes e demais insumos industriais: tais como as sementes, os adubos químicos sintéticos, os agrotóxicos, os produtos químicos sintéticos veterinários etc. Não se despende muito tempo para que quitem as dívidas bancárias ou de empresas, dado o momento no qual os insumos e tecnologias se tornam acessíveis ao espaço de produção, e à comunidade.

Além disso, vale ressaltar que a agroecologia possibilita a produção de alimentos saudáveis assim provendo as necessidades da família e da comunidade, sem o consumo de produtos cancerígenos e que possam prejudicar a sua saúde.

Esta produção vai além da subsistência, os excedentes dela também servem para a comercialização em relação aos consumidores dos municípios das proximidades, assim eliminando o atravessador, que muitas vezes explora o produtor.

O MST desde o ano de 2013 elaborou uma medida a qual foi discutida e aprovada no seu VI Congresso Nacional, realizado em 2014, optando por um modelo de desenvolvimento e produção de uma sociedade pautada em relações igualitárias as quais se tornem verdes, isto é, ecologicamente sustentável.

A organização reconhece as demandas associadas a produção, orientando para a superação da exploração do trabalho e da natureza. Assim sendo, se faz possível estabelecer os seguintes propósitos do MST:

Eliminar a pobreza no campo; combater a desigualdade social, a exploração dos camponeses e a degradação da natureza; garantir a soberania alimentar de toda população brasileira; preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, responsável por nossos diferentes biomas e garantir melhores condições de vida através de trabalho, renda, educação, moradia e lazer.⁵⁷

⁵⁶ Caderno de experiências agroecológicas. Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://aarj.files.wordpress.com/2014/03/caminhos-agroecolc3b3gicos-do-rio-de-janeiro-caderno-de-experic3ancias-agroecolc3b3gicas.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

⁵⁷ Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular>>. Acessado em: 10 de jun. 2020.

Desta forma se estabelecem compromissos considerados cruciais, dentre os quais alguns mais diretamente relacionados à questão ambiental, em defesa não somente da terra que precisa de uma reforma, mas dos recursos tais como a água e os demais naturais que devem prestar serviço à toda a humanidade; assim o modelo de produção agrícola deve ser voltado para o cultivo de alimentos saudáveis e diversificada.

A modernização tecnológica e o agronegócio insustentável por sua vez, impõe uma necessidade para a expansão e universalização das práticas agroecológicas promovidas através formação, distribuição e controle das sementes além da institucionalização de um órgão público o qual análise e aprove os alimentos agroecológicos.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) segue pela linha agroecológica se diferenciando dos demais assentamentos, os PDS promovem projetos os quais abarcam os interesse sócio-econômico-ambiental. Eles são norteados pela combinação do desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos recursos naturais, a reorientação das ocupações, tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas, e até mesmo a recomposição de seu potencial de recursos naturais original. Essas formas se adequam as demandas inclusive das zonas florestais e das populações nativas, assim propagando o respeito e a conservação da biodiversidade.⁵⁸

Se faz possível o delimitar os devidos princípios aos PDS:

O atendimento às especificidades regionais de forma a resgatar o valor econômico, cultural e social das florestas, várzeas, mangues etc. Não se restringindo apenas ao potencial agrícola da terra, o que é tradicionalmente predominante nos assentamentos convencionais; o interesse ecológico, além do social; a valorização da organização social do trabalho e gestão comunitária; a concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; por fim o interesse ecológico da recomposição do potencial original da área.⁵⁹

⁵⁸ OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano. *O Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e os desafios para a construção de novas formas de assentamento: O caso do Assentamento Oswaldo de Oliveira em Macaé (RJ)*, Tese (Graduação em Serviço Social) – UFF, Niterói/RJ, 2014.

⁵⁹ FLORESTA, Leila. Op. cit., p. 49.

O INCRA constatou no ano de 2011 que havia cerca de 111 Projetos de desenvolvimento Sustentável em assentamento, estando uma parcela considerável deles localizados na região norte do país.

A Fazenda Bom Jardim foi ocupada e desenvolveu segundo as famílias que lá habitam o primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável do estado do Rio de Janeiro denominado assentamento Osvaldo de Oliveira, reconhecido pelo INCRA no ano de 2014. A fazenda fica localizado em uma área de proteção ambiental na região Serrana de Macaé com uma vasta área florestal, além de rios os quais fazem parte a Bacia do Rio Macaé. Um terreno considerável da Fazenda Bom Jardim é encoberto por vegetação, sendo assim existe uma relevância ainda maior de elaborar estratégias de conservação da floresta e dos bens naturais nela existentes.

O assentamento PDS (Projeto Desenvolvimento Sustentável) Osvaldo de Oliveira teve como primeira colheita o resultado de 3 toneladas de feijão em cerca de 1,5 hectare. A produção é totalmente agroecológica e coletiva, livre do uso de agrotóxicos contrariando o modelo do agronegócio nos grandes latifúndios.

Existe, além disso, uma cooperação internacional, o projeto contou com cerca de 10 jovens estudantes da França e da Espanha. Dessa forma a proposição não se imagina somente local, mas como um modelo global a ser seguido pelas futuras gerações diante de toda a degradação ambiental do sistema capitalista em grande escala.

O Assentamento Osvaldo de Oliveira é produto da ocupação da Fazenda Bom Jardim pelo MST localizado em Córrego do Ouro, distrito serrano do Município de Macaé, ocorrida em 7 de setembro de 2010, protestando par que o governo federal fizesse a desapropriação da área, considerada latifúndio improdutivo pelo INCRA desde 2006 e decretada de interesse social, para fins de reforma agrária. Cerca de 300 famílias dos municípios de Rio das Ostras, Macaé, Cabo Frio e Casimiro de Abreu fizeram participação no ocorrido. A fazenda é dotada de 1.650 hectares de extensão e situa-se em uma região de conservação ambiental em meio à mata atlântica, que entre outros motivadores, é o principal impulsionador da proposição do modelo PDS para a consolidação da proposta deste assentamento.

As famílias enfrentaram diversos problemas dentre os mesmos o acesso a transporte escolar, matrícula das crianças, condições precárias de moradia, além dos riscos referentes à violência.

Atualmente estão presentes, na região de ocupação em uma área a qual compreende em torno de 20 hectares determinado pelo Ministério Público, cerca de 38 famílias as quais ainda continuam acampadas, sem moradia com infraestrutura. Estas famílias já promovem atividades individuais de produção agrícola, próximas às moradias, e zonas coletivas de produção agropecuária, organizadas por núcleos de base. Eles também participam da formação baseada na agroecologia, desde o período de acampamento.

2.6. Mulheres do Campo e o MST

A questão feminina nos campos e nos assentamentos é similar as enfrentadas pela sociedade. Sofrem discriminação, além de ter problemas com questões de representatividade. Dentre os cadernos de estudo do MST as mulheres que o fizeram defendem que o MST apesar de na teoria defender a igualdade de gêneros não realiza isto plenamente na prática. O trabalho das mulheres fica em segundo plano.⁶⁰

Se faz necessário relembrar as normas do MST dentre as mesmas: “Estimular a participação das mulheres em todos os níveis”, “Combater todos os tipos de discriminação e lutar contra o machismo que impede a igualdade de direitos e condições” e “estimular a participação do MST nos outros movimentos de mulheres”.

Desde a década de 1980, uma série de políticas públicas voltadas à mulher, das quais também visam as assentadas no Brasil. Dentre elas, provem os direitos das mulheres trabalhadoras rurais à aposentadoria e o salário-maternidade, os quais foram contemplados na legislação de 1988. Nos anos 2000 produziu dentre outras campanhas e implementações políticas as quais englobam:

A legislação da titularidade conjunta do casal nos lotes dos assentamentos; campanhas de documentação; criação de uma linha específica de crédito para

⁶⁰ Caderno de Estudo. A questão da mulher no MST. 1996. Disponível em <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/quest%C3%A3o-da-mulher-no-mst>>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

mulheres rurais; campanhas de esclarecimento e informação para o acesso ao crédito; eliminação de algumas barreiras junto a bancos e intermediários na elaboração de projetos para obtenção de crédito; oferta de cursos de capacitação para gestores do crédito e para as próprias agricultoras, assentadas ou não.⁶¹

Depois de uma ampla mobilização, envolvendo mulheres e homens, assim como sindicatos de trabalhadores rurais, órgãos de extensão e associações da Igreja Católica, as mulheres trabalhadoras rurais obtiveram o direito a benefícios, como a aposentadoria rural. Muito embora a obtenção desse direito (a aposentadora?) esteja associada a uma mobilização pela participação de mulheres nos sindicatos, o benefício não constituiu uma perda para os homens; ao contrário, permite um aumento da renda familiar. Por outro lado, ao possibilitar o acesso das mulheres a uma renda própria, de caráter regular, depositada em uma conta bancária em seu nome e por elas administrada, a aposentadoria pode ter efeitos sobre as relações familiares, como o aumento da autonomia das mulheres e de sua autoestima.

No ano de 2001, mediante a pressão dos movimentos sociais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contemplou algumas medidas para ampliar a inclusão das mulheres no acesso aos lotes da reforma agrária.

Dentre as medidas executadas estão: “mudanças nas normas de seleção de beneficiários para facilitar o acesso de mulheres aos benefícios da reforma agrária e a adoção de uma perspectiva de gênero em todos os procedimentos administrativos do MDA; a institucionalização, dentro do Ministério, do “Programa de ações afirmativas para igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres”; o estabelecimento de uma meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Pronaf e do Banco da Terra (Fundo de Terras e da Reforma Agrária), bem como dos treinamentos do Pronaf e dos programas de extensão; a fixação do objetivo de assegurar, progressivamente, 30% de representação de mulheres na estrutura administrativa do MDA.

Além disto, o MDA adotou iniciativas para aumentar o acesso das mulheres a terra e aos recursos do crédito rural, estabelecendo uma meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Pronaf e do Banco da Terra (Fundo de Terras e da Reforma Agrária). Apesar do estabelecido não ter sido contemplado em sua totalidade, a participação das mulheres entre os tomadores de

⁶¹ LOPES, Adriana L. *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*, Brasília: Nead Debate, 2008, p. 32.

crédito rural vem aumentando (passando de 10,4% e 10,5% nas safras 2001/2002 e 2002/2003 para 16,4% a 16,6% nas safras 2003/2004 e 2004/2005).⁶²

Também foram formulados outros projetos para a solicitação de crédito, visando a baixa cobertura dos serviços de assistência técnica em algumas regiões, e campanhas de informação e de documentação. Embora, se faça possível constatar a escassa participação feminina no crédito agrícola destinado à agricultura familiar, seja entre assentados ou quem não é.

Conforme se observa nas fontes produzidas pelo MST, as mulheres ainda dispõem de pouca autonomia econômica e possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho, dado que não dominam os espaços de gestão e comercialização da sua produção. Em consequência o endividamento do marido muitas vezes não é de conhecimento das mulheres e impossibilita seu acesso ao crédito, sendo que o crédito do Pronaf é relativo à família.

Dentre os principais dificultadores do acesso das mulheres ao crédito oficial está nos bancos, os quais visam beneficiar e atender as demandas dos grandes empreendedores. Dentre as dificuldades detectadas estão a imposição de atividades a serem financiadas; a demasiada demanda de requisitos e documentos e a exigência de garantias vinculadas à concessão de empréstimos; a cobrança para a elaboração do cadastro, a abertura do crédito e remuneração do agente financeiro, que se soma aos valores pagos, em muitos casos, para a elaboração dos projetos e para a remuneração das agências prestadoras de assistência técnica, além da ocorrência de atrasos na liberação dos recursos, em descompasso com as necessidades do calendário agrícola.

2.7. Visão do MST sobre a Política Brasileira

O MST, desde sua fundação tentou se manter fiel aos princípios por ele defendidos já mencionado anteriormente no capítulo anterior, apesar de haver incoerências como a questão do poder de decisão mais concentrado nas mãos dos homens do que nas mulheres, ou questões que iriam para além de dar terras para quem precisa. Desenvolvendo assim uma autocrítica como é exposta por uma de suas lideranças João Pedro Stédile:

⁶² ANJOS, Gabrielle. *Mulheres na Reforma Agrária. A experiencia recente no Brasil*. Brasília: Nead Debate, 2008, p. 235.

No início do MST, durante a crise da década de 1980, a meta principal do movimento era terra para trabalhar e criar as famílias. Naquele âmbito a visão era até um pouco ingênua: terra para quem nela trabalha. É um princípio justo, porém insuficiente para resolver os problemas da produção de alimentos. Na medida em que o MST foi evoluindo, fomos adequando nosso programa, fomos incorporando a agroecologia", diz João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento Sem Terra, em entrevista à BBC Brasil.⁶³

Stédile ainda complementa a sua visão da incompatibilidade dos modelos do Agronegócio e agroecologia em relação aos governos Lula e Dilma:

Durante os governos Lula e Dilma (2003-2016) a gente tinha uma briga porque tinha gente que dizia que os dois modelos, agronegócio e agroecologia, são compatíveis. E foi essa a política de Lula e Dilma, porque eles apoiavam o agronegócio e apoiavam a agricultura familiar.⁶⁴

Os dois modelos, em sua visão, são inconciliáveis. No entanto, como já exposto nos capítulos anteriores sua opinião não abole a propriedade privada apenas defende a reforma agrária, crédito agrário, acesso ao maquinário e uma produção agroecológica.

Na atual conjuntura de um governo neoliberal e autoritário como o de Jair Bolsonaro, a historiografia marxista aponta conflitos os quais se excedem o aumento da repressão e aos movimentos sociais criminalizados tido como classes perigosas.

Diante disso, o movimento exprime cautela adicional ou mesmo temor pelas vidas dos camponeses e membros do MST ameaçadas, como indica a entrevista com João Pedro Stédile ao ser perguntado porque o MST tem feito menos ocupações desde a posse do governo Bolsonaro: no caso da nossa base sem-terra é porque o sem-terra que está lá lascado da vida num acampamento ou trabalhando para não sei quem também tem a sua análise política. Se ele liga na Globo e vê que o governo vai massacrar os sem-terra, que o governo vai botá-los na cadeia, que agora 'comigo é na motosserra', como o Bolsonaro diz, ele também percebe que a conjuntura política não é favorável para avançar a reforma agrária.⁶⁵

⁶³ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

⁶⁴ Cf., nota 63.

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-e-politica-entrevista/mst-deve-fazer-menos-ocupacoes-de-terra-neste-governo-diz-stedile/>>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

O MST se posiciona de maneira a respeitar o livre pensar apesar de adotar seus posicionamentos políticos permite a inclusão até mesmo de professores de oposição política para lecionar nas escolas itinerantes, é o que afirma Ana Ribas, (Diretora da Escola Herdeiros do Saber) ao jornal El País:

Há quem diga que os alunos recebem doutrinação socialista dentro delas. "Bobagem, aqui na escola temos inclusive professores que votaram no Bolsonaro. Mas que gostam de nosso método de ensino", explica Ana Ribas, diretora da escola Herdeiros do Saber, onde cada chalé de madeira é uma turma e todas formam um imenso círculo, como se estivessem olhando uma para a outra, em torno de um pátio. Depois que o assentamento é formalizado, esses centros de ensino se transformam em instituições públicas municipais e estaduais convencionais.⁶⁶

No próprio jornal do MST fica claro o seu posicionamento contra o neoliberalismo, exposto em seu repúdio ao governo de FHC:

Demorou apenas 4 anos para o Governo FHC quebrar a 9 (nona) economia mundial. Foram quatro anos destruindo nossa base produtiva, tanto industrial como agroecológica. Foram quatro anos causando recessão desemprego e arrocho salarial- lembrando que o funcionalismo público não teve aumento nesse período.⁶⁷

Ainda nesta mesma edição expõem sua visão a respeito da mídia, como algo a serviço do capital internacional e do capitalismo:

Com exceção de alguns raros colunistas, a mídia brasileira se visto anteriormente. Nem mesmo na época da Ditadura foi tão subserviente. Contribuiu para esconder da situação econômica e social e do país prestou a uma convivência com o poder executivo, como jamais foi.⁶⁸

Assim é explícito as posições do MST sobre a política brasileira, como um modelo no qual se prevaleceu o autoritarismo com nuance de democracia e fases mais e progressistas e outras menos, passando por governos neoliberais a serviço do agronegócio e os latifundiários e momentos mais progressistas onde os assentamentos agroecológicos foram desenvolvidos, mas não se rompeu com o agronegócio e com o neoliberalismo.

⁶⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/13/politica/1544736443_496134.html>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

⁶⁷ Jornal dos trabalhadores Sem Terra. Edição 186, p. 02. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

⁶⁸ Ibid., p. 02.

Capítulo 3 - Questões Contemporâneas e Comunicação do MST

3.1.1. Campanha do MST para reduzir a violência contra a mulher em tempos de isolamento social

Neste período de isolamento social, a violência doméstica aumentou em todo o Brasil. A pesquisa do centro de estudo de criminalidade da UFMG, projeto que entrevista semanalmente pessoas em todo o Brasil, mostra um aumento da violência doméstica. A pesquisa feita pela UFMG mostra que outras formas de violência podem ser dificilmente identificadas. Quando os entrevistados foram perguntados se tinham sido vítimas de violência doméstica, menos de 1% das mulheres e 0,3% dos homens responderam que sim. Entretanto, quando questionados em situações mais específicas como xingamentos, insultos, empurrões, agarrões, espancamento e até ameaças com arma, os resultados aumentaram para 6,7%.⁶⁹

Segundo Lucineia Freitas, da coordenação nacional do setor de gênero do MST, em meio a essa pandemia essa realidade também chega aos trabalhadores e trabalhadoras do campo: “Neste período, há aumento real dessa jornada de trabalho doméstico, o que também acarreta um maior risco a outros problemas, como adoecimento mental e problemas físicos. Essa sobrecarga e seus impactos nem sempre são reconhecidos como uma violência vivenciada por esses sujeitos”. É nesse contexto que o MST, desde o dia 6 de abril de 2020, vem trabalhando com uma campanha “mulheres sem-terra: contra os vírus e a violência”.

⁶⁹ Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/estudo-ufmg-violencia-domestica-pode-ter-aumentado-com-o-isolamento-social>>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

Figura 05 - Campanha contra a violência doméstica contra a mulher e LGBT's.⁷⁰



A campanha é estruturada em três eixos: o primeiro tem o objetivo de trabalhar a violência diretamente com o foco central nas mulheres e nos demais sujeitos na família, tais como as LGBTs, as crianças e idosos, além de ampliar o debate para além da violência física. O segundo eixo da campanha atua com o foco em promover o auto cuidado, construir uma rede de solidariedade entre os assentados e dialogar sobre a necessidade de repensar o trabalho doméstico. Freitas destaca: “Neste período, há aumento real dessa jornada de trabalho doméstico, o que também acarreta um maior risco a outros problemas, como adoecimento mental e problemas físicos. Essa sobrecarga e seus impactos nem sempre são reconhecidos como uma violência vivenciada por esses sujeitos”, destaca ela.

Para Freitas, é preciso pensar no processo produtivo, pois “não existe produção saudável em relações doentes”. Nesse sentido, se faz no terceiro eixo da campanha o trabalho de comunicação para o combate a violência dentro dos lares para o alcance de todo o MST, incluindo trabalhadores e trabalhadoras do campo, militantes e dirigentes, nesse processo de mudança de comportamento.

⁷⁰ Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/20/iniciativa-mulheres-sem-terra-contravirus-e-violencias-traz-orientacao-e-acolhimento-na-pandemia/>>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

Como abordado nos capítulos anteriores, o MST reconhece a existência do machismo dentro do movimento, mesmo com a autocritica desenvolvida na década de 1990 que permaneceu até os dias atuais. As camponesas ainda são sobrecarregadas, por exemplo, dentro de seus domicílios, porque o patriarcalismo ainda se faz presente como indica Luciana.⁷¹

3.1.2. O Coletivo LGBT no MST

As causas identitárias são questões atuais dentro do Movimento, como por exemplo a dos militantes LGBT. Os mesmos, foram retratados num documentário produzido pela Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC), denominado “LGBT sem-terra. O amor faz revolução”.⁷²

O Lançamento deste documentário marca os cinco anos de existência do Coletivo LGBT sem-terra. Alessandro Mariano, que faz parte do coletivo, ressalta: “este documentário traz uma mensagem sincera e necessária sobre o amor, pois nestes tempos de ódio e perversidade, amar é um ato revolucionário.”

O coletivo LGBT do MST enxerga que a questão de gênero e a sexualidade não era abordada anteriormente, acreditavam que desvirtuaria o enfoque do movimento: “Muitos de nós LGBT, antes de 2015, tínhamos medo de sermos incompreendidas, pois havia a ideia de que trazer o debate da diversidade sexual era desviar a centralidade da luta política no Movimento, que tem como objetivo principal a luta pela terra”, diz ele.

Porém, a partir de 2015, muita coisa mudou, pois o coletivo foi responsável pelo reconhecimento das LGBT como agente por político nas normas gerais do MST. O coletivo LGBT surgiu no primeiro seminário “O MST e a diversidade sexual, realizado 7 de agosto de 2015, em Guararema, São Paulo. Foi a primeira atividade nacional envolvendo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais integrantes do MST. “A pauta da diversidade sexual e de gênero era um tabu e ficava à critério e compreensão de cada indivíduo, o que deixava brechas para posturas LGBT fóbicas por parte de alguns militantes”, explica Alessandro.

⁷¹ Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/20/iniciativa-mulheres-sem-terra-contra-virus-e-violencias-traz-orientacao-e-acolhimento-na-pandemia/>>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

⁷² Documentário. Disponível em: <<https://youtu.be/04MnkQdV0Js>>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

Diferente do que se pensava, os objetivos de conquista pela terra não foram perdidos, na verdade, o que vem se construindo com o coletivo LGBT que atualmente conta com 300 militantes é um espaço democrático de luta e melhor visibilidade, segurança e participação desses membros dentro do movimento.⁷³

Figura 06 - Coletivo LGBT do MST.⁷⁴



Participantes do 1º Seminário "O MST e a Diversidade Sexual", em 2015. Foto: Arquivo MST

3.1.3. MST fortalecendo o modelo agroecológico

Outro aspecto atual é a agroecologia, abordada no capítulo 2, no item PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), em contraposição ao agronegócio, o qual se utiliza de agrotóxicos e pesticidas para se sustentar, mas com impactos negativos na alimentação de quem o consome e da biodiversidade.

O Brasil figura entre os países que mais consomem agrotóxicos no mundo, pois tem um modelo agrícola quimicamente dependente, chegando a estimativa de

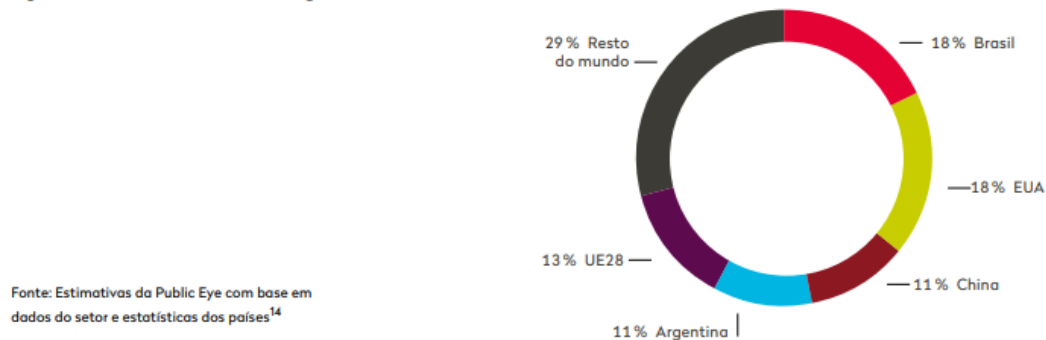
⁷³ Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/13/trajetoria-do-coletivo-lgbt-sem-terra-e-retratada-em-documentario-do-mst/>>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

⁷⁴ Cf., nota 73.

370 toneladas de agrotóxicos altamente perigosos pulverizados nas plantações, só em 2017, representando 18% do uso mundial, conforme revelou o relatório “lucros altamente perigos”, elaborado pela Public Eye. (Public Eye, Relatório de Julho de 2019).

Figura 07 - Consumo mundial de agrotóxicos em 2017.

Figura 1.1 – Consumo mundial de agrotóxicos em 2017



Ao despejar de forma aérea venenos nas plantações, esta forma de aplicação acentua os riscos de uma série de efeitos negativos para a saúde humana e para a saúde do ambiente, entre outros motivos, pelo efeito da deriva, de dispersão da calda tóxica derramada. Da quantidade de veneno jogada, apenas 32% dos agrotóxicos são, de fato, retidos na planta. O resto, 49%, ou seja, quase metade dos agrotóxicos aplicados vão ficar no solo, vão entrar no lençol freático e vão reduzir a biodiversidade local, e outros 19% vão ser dispersos pelo ar, para áreas vizinhas, e podem chegar a até 32 km de distância de onde inicialmente foram pulverizados, denuncia Talita Furtado, com base em estudos técnicos da Embrapa.⁷⁵

Em contraposição a este modelo de agronegócio brasileiro, o MST busca uma produção livre de pesticidas e transgênicos. Segundo matéria na BBC Brasil, de 7 de maio de 2017, o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. O movimento exporta 30% da sua produção, segundo Emerson Giacomelli, coordenador do grupo, gestor do arroz agroecológico do MST.

Para a safra do arroz orgânico de 2016-17, o MST estima a colheita de mais de 27 mil toneladas, produzidas em 22 assentamentos diferentes, envolvendo 616

⁷⁵ ALMEIDA, Angélica. *A quem interessa a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios*. [s.l.:s.n.], 2020, Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/19/a-quem-interessa-a-pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos-nos-territorios/>>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

famílias gaúchas. Também serão produzidas 22.260 sacas de sementes, que não são transgênicas.

A empresa Solstbio, localizada na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, através de seus responsáveis, o zootécnico Anderson Bortoli, compra o arroz orgânico de três assentamentos gaúchos para exportá-los para Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México. Bortoli coleta amostras do arroz nesse assentamento e os envia para a Bélgica para a análise e para obter certificações de produto orgânico que garantem que eles não contenham nenhum agrotóxico.⁷⁶

No município Gaúcho de Nova Santa Rita, a produção do MST movimentou a economia local com até R\$ 7 milhões por ano. Os 4 mil alunos das 16 escolas municipais consomem alimentos orgânicos adquiridos diretamente dos agricultores do MST. Estes produtores de arroz orgânico recebem 15% a mais do que agricultores convencionais devido a trabalharem no sistema de cooperativa.

Figura 08 - 14ª abertura da colheita de arroz agroecológico.⁷⁷



⁷⁶ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>> Acesso em: 04 de jun. 2020.

⁷⁷ Cf., nota 76.

3.2. Comunicação

Como exposto no capítulo anterior, o MST considera a mídia e as fontes jornalísticas tendenciosas a fazer apologia dos setores mais privilegiados economicamente da população, se posicionando a favor muitas vezes do neoliberalismo ou de governos, os quais não apoiam ou não implementaram a reforma agrária.

O MST organiza atualmente suas mídias no setor de comunicação, este foi originado no Setor de jornal e propaganda:

No início, era o setor de jornal e propaganda. O Jornal Sem Terra era o grande instrumento da época, pois existia desde os primeiros passos do MST. Em 1993, começou a discussão para um Setor de Comunicação para articular outras ferramentas, para irmos além disso [...]. Aí, depois que as atividades não eram apenas o jornal e a agitação, o povo começou a chamar a gente de Setor de Comunicação.⁷⁸

Segundo Guindani o setor de comunicação compartilha espaços com outros setores, como por exemplo, educação, juventude, saúde, gênero, produção, direitos humanos e relações internacionais. Para ele, o setor de comunicação não é um setor central dentro do MST, mas vem ganhando espaço dentro do movimento.

Ao que indica o militante entrevistado por Guindani, o Setor de comunicação está organizado por coordenações em âmbito nacional e estadual, mas as decisões e deliberações são tomadas em conjuntos entre os membros do movimento.

Em 2004, começamos a discutir a divisão do Setor de Comunicação em várias frentes: frente digital, que é mais um arquivamento de dados e também a questão dos sites, da internet. A frente de rádio, audiovisual, assessoria de imprensa. Mas vimos que não funcionou direito, que ficava muito separado. Aí colocamos audiovisual e o setor de cultura juntos. Aproximando esses setores.⁷⁹

⁷⁸ GUINDANI, João Felipe. *A história da comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)*. Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/A%20historia%20da%20comunicacao%20popular%20e%20alternativa%20do%20Movimento%20dos.pdf/view>> Acesso em: 03 de fev. 2020.

⁷⁹ Cf., nota 78.

Durante os quatro dias de seminário de educação, 2019, foram debatidos temas relevantes para o aprimoramento dessa comunicação. A começar pela análise de conjuntura, cenário político, econômico e social, cortes de políticas públicas, pobreza e desemprego. Notícias que nenhum comunicador popular gostaria de dar. É preciso também falar sobre os avanços tecnológicos, assim foram debatidas a força das redes sociais, fake news, a que se lembrar, segurança e tecnologia da informação. Foram muitos temas, muitas colocações, perguntas, análises e inquietações. Todos, esmiuçados um a um.⁸⁰

O que o movimento se propõe a fazer é combater a hegemonia midiática, a qual apresenta posicionamentos contrários as propostas do movimento. Assim democratizando, a mídia por meios alternativos, aqueles os quais não precisam esperar da autorização do governo para circular como nos telejornais da tv aberta por exemplo.

Assim sendo, é feito um movimento de dentro do MST pela democratização da mídia. Ele se utiliza por exemplo das redes sociais virtuais como forma de divulgar suas campanhas, posicionamentos e descriminalizar o movimento frente a sociedade civil, já que esta possui uma visão no geral negativa do MST pelo o que acompanham nas fontes jornalísticas mais tradicionais.

O MST recentemente em 2018 desenvolveu um curso de comunicação para formar indivíduos empoderados, os quais atuem na própria causa, mas com os conhecimentos e posicionamentos do MST. O objetivo do curso é formar uma rede de comunicadores capacitados para pensar, produzir e disseminar os próprios conteúdos em suas regiões de atuação. Por isso, as oficinas são voltadas para práticas em equipamentos simples do cotidiano, como o celular.⁸¹

O setor de comunicação é dividido em algumas frentes, como indicado por Guindani a seguir.

⁸⁰ Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/02/20/a-comunicacao-sem-terra-mostra-a-cara-desse-pais/>>. Acesso em: 23 de mai. 2020.

⁸¹ Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/11/10/mst-promove-curso-de-comunicacao-popular-em-curitiba/>>. Acesso em: 23 de mai. 2020.

3.2.1. Frente Digital

No seu site na web, <https://mst.org.br/>, o MST trata de questões relevantes como anunciar suas benfeitorias, a distribuição de alimentos para famílias necessitadas, como por exemplo, em Quedas do Iguaçu no Paraná entre outras. Além disso, o MST utiliza o site para divulgar e expandir a comunicação do seu *Jornal Sem Terra*, onde o MST faz convocações de atos e medidas a serem tomadas pelos sem-terra e os simpatizantes da causa, por exemplo a edição número 326, dizendo “2015 será o ano de retomar grandes mobilizações pela Reforma Agrária.”

O portal também possibilita o acesso a todo o conteúdo dos demais edições do *Jornal Sem Terra* e da *Revista Sem Terra*. Além disso, ao se cadastrar no “MST Informa”, uma e-news com notícias e boletins informativos, você recebe essas informações regularmente. Na página do site também possibilita o acesso a dados do MST, número de acampamentos, assentamentos, informações econômicas e sociais relativas à questão agrária, poesias e poemas, sugestão de livros, textos e documentos, também é possível ouvir e baixar músicas e obras lançadas sobre a reforma agrária. Há, inclusive, espaço com vídeos curtos sobre ações do MST e um quadro chamado “Eu apoio o MST!”, com depoimentos de apoio de pessoas famosas.⁸²

Assim sendo, o site do MST, além de ser um dos principais meios de comunicação com os integrantes do movimento, é também um acervo completo sobre o presente, passado, perspectivas, campanhas do MST, alertas e convocações de famosos para fazer propaganda do movimento.

O Twitter é uma das principais plataformas de comunicação digital do MST, em sua página oficial consta atualmente mais de 150 000 seguidores. Com suas hashtags tem a possibilidade de ter um maior alcance sobre seus usuários que tenham por interesse temas em comum.

Alertam e denunciam sobre várias questões, tais como político e sociais da atualidade, como exemplo o primeiro lugar em mortes diárias provocadas pelo Corona vírus alcançado pelo Brasil, ficando inclusive a frente dos EUA.

⁸² GUINDANI, João Felipe. Op. cit., p. 08.

Figura 09 - Tweet de líder do MST a respeito das mortes da COVID-19 no Brasil.



Além disso utilizam essa plataforma para comunicar suas campanhas, exemplo a doação de alimentos para diversas regiões como forma de promover a campanha pelo isolamento e segurança na quarentena.

Figura 10 - Tweet sobre doação de alimentos em Santa Catarina, promovida pelo MST.

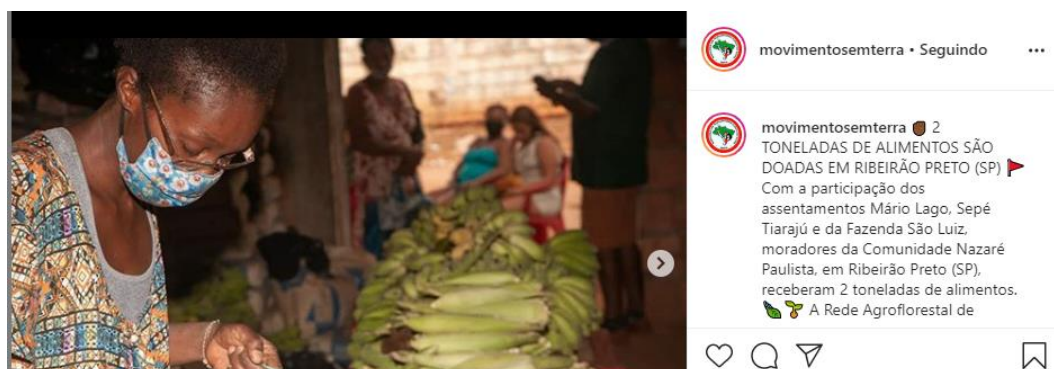


No Instagram, atualmente, fazem uma campanha para o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), devido a pandemia do COVID-19 a qual paralisou o sistema de educação e todos os demais serviços.

Figura 11 - Manifestante do MST em favor do adiamento do ENEM.



Figura 12 - Doação de alimentos para pessoas carentes



No caso do Facebook, o MST também divulga suas conquistas, produtividade, datas marcantes para o movimento e seus assentamentos.

Figura 13 - Exemplo de 31 anos do assentamento Treze de Maio, ES.



Na plataforma de vídeos Youtube, os membros de MST além de expor seus pensamentos e conquistas, fazem bate-papos, diálogos entre os participantes, lideranças de cooperativas e docentes, abertas para o público leigo que possibilita compreender melhor o movimento e suas propostas.

Figura 14 - Bate papo realizado 05/05/2020



O jornal *Brasil de Fato*, o qual conta com espaço nas redes sociais, em sites e com canal no Youtube não é um veículo de comunicação estritamente do MST, mas o movimento e seus simpatizantes foram aqueles responsáveis por sua efetivação e consolidação. O jornal utiliza pautas e visões de esquerda e conta com apoio da ala progressista da Igreja Católica e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

3.2.2. Frente de Rádio

Ao que indica Guindani, no 5º Congresso Nacional do MST, em 15/07/2007 realizado quando? foram estabelecidos 18 compromissos a serem assumidos pelos militantes. Dentre esses objetivos estava que cada assentamento ou comunidade possui-se seus próprios meios de comunicação popular, rádios comunitárias e livres, o militante entrevistado por Guindani afirmou crer que existem 25.

O MST utiliza como meio de comunicação interna e externa a “Rádio Camponesa” desde 1998, desde aquela época com transmissão FM, sendo um mecanismo de diálogo e serviço à sociedade civil.

A Camponesa é a terceira rádio mais antiga do MST e está localizada no Assentamento Pirituba, na Região Sudoeste do Estado de São Paulo, localizado entre as cidades de Itapeva e Itaberá. A primeira ocupação da área aconteceu no ano de 1984, e sua história se confunde com a do próprio Movimento, que se torna em 1984 oficialmente uma organização de nível nacional.⁸³

Figura 15 - Transmissão da radio de Pirituba.⁸⁴



⁸³ Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/12/03/festa-e-cavalgada-marcam-as-comemoracoes-de-aniversario-da-radio-camponesa/>>. Acesso em: 23 de mai. 2020.

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/28/radio-do-mst-completa-20-anos-ocupando-o-latifundio-do-ar>>. Acesso em: 26 de mai. 2020.

3.2.3. Frente da comunicação impressa

A divisão do jornal impresso, conhecido como *Jornal Sem Terra*, foi o primeiro mecanismo de comunicação do MST surgindo, em 1981, segundo Guindani. A princípio, tinha características de boletim informativo, depois de alguns meses passou a ser quinzenal, no início era feito só para o diálogo interno do movimento, mas logo se tornou uma fonte de comunicação às pessoas de fora dele.

O jornalismo impresso ainda tem a sua importância, mesmo com a evolução da comunicação digital, porque ele ainda continua com a função de levar informações relevantes do movimento para os menos favorecidos e sem acesso aos meios digitais.

Além do *Jornal Sem Terra*, o MST desenvolveu como meio de imprensa física a *Revista Sem Terra*, a qual aborda as questões agrárias na esfera social, econômica e alerta para questões da política nacional.

Com tiragem de 10 mil exemplares e com edição bimestral, seu conteúdo procura aprofundar as questões agrárias e analisar a conjuntura política, econômica e social do país. Em suas mais de 62 páginas coloridas, a *Revista Sem Terra* traz reflexões de pensadores e estudiosos, abordando temas especialmente do universo político latino-americano. Sua fundação ocorreu em agosto de 1997, buscando dar mais visibilidade para as conquistas do MST, especialmente aos resultados de produtividade dos assentamentos em todo o Brasil. De acordo com um militante, a *Revista Sem Terra* “[...] cumpre sua função mais para a realidade urbana. A intenção é atingir mais a classe média, que gosta de ler uma boa revista, de boa presença, bem feita”.⁸⁵

Assim a revista *Sem Terra* é mais uma ferramenta militante a qual anuncia as conquistas do MST e como indica Guindani cumpre seu papel social.

⁸⁵ GUINDANI, João Felipe. Op. cit., p. 06.

Figura 16 - Revista Sem Terra



Embora ambos sejam produtos do MST e, obviamente, mostram-se favoráveis às causas do Movimento, em relação ao posicionamento diante das questões discutidas, assim como as mídias tradicionais que buscam, em geral, mostrar-se imparciais, o jornal mostrou-se mais neutro e objetivo, em comparação ao online, que se mostra mais engajado, apresentando apreciações subjetivas. Exemplo disso é que enquanto o jornal fala em “discurso histórico”, a reportagem do site fala do “discurso tão social e progressista”, de um “discurso forte, corajoso”, além de qualificar o encontro como “uma assembleia de povos da terra (...), mas povos que não se resignam”.⁸⁶

⁸⁶ TAVARES, Bruna. *A comunicação no MST: O Jornalismo Online X o impresso*. Belo Horizonte: [s.n], 2015.

Figura 17 - Jornal Sem Terra



3.2.4. Frente audiovisual

O MST desenvolve centenas de vídeos feitos por seus militantes como forma de comunicação interna e externa, produzindo conteúdos para a plataforma Youtube e demais mídias digitais.

Mesmo antes da era digital ser utilizada o MST já desenvolvia seus filmes e utilizava as fitas VHS. Depois destas fitas passaram a produzir documentários em DVD e finalmente chegando à plataforma digital mais recentemente.

Segundo Guindani, em 2005, em parceria com o Ministério da Cultura, o MST desenvolveu o projeto Cinema na Terra. Este projeto visava levar o cinema até os assentados e aos camponeses e militantes menos favorecidos no campo, isto atingiu centenas de municípios em todo o país. No 5º Congresso do MST, em Brasília, o movimento estimulou a criação do coletivo Audiovisual da via Campesina.

Conclusão

Ao decorrer deste trabalho foi exposto a ação dos governos em relação aos movimentos sociais e os devidos anseios populares. Todos tiveram iniciativas autoritárias, vezes mais progressistas outras mais conservadoras, nenhuma mudou a estrutura social excludente presente desde os primórdios.

Os governos neoliberais com falsos projetos de assentamento, que por vezes fazia alguma ação progressista de fachada, logo era substituído por massacres e reintegrações de posse, o mesmo se deu com os governos sociais democratas. Assim o povo se vê na necessidade de não esperar que a mudança transformadora da realidade socioeconômica e ambiental provenha da generosidade de seus representantes políticos de via eleitoral.

As parcelas progressistas do povo enxergam novas necessidades se fundindo a movimentos, tais como as Ligas Camponesas primeiramente e depois o MST. Apesar disso existe imperfeições, mas as dimensões tomadas do movimento estão dadas para além da simples disputa pela terra, são desenvolvidas questões identitárias e necessidades reais.

Dentre as necessidades e as identificações estão aquelas que fornecem tudo aquilo que foi negado ou negligenciado pelos governos como a educação e a alfabetização. A formação de coletivos horizontais e prontos para uma formação libertadora, na qual não se limita aos conhecimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação, mas uma escola para a vida e para a militância.

Outra necessidade são as demandas ecológicas, as quais não possuem somente impacto ambiental, mas também social, não se restringindo aqueles que passam por mais necessidades, mas considerando a sociedade como um todo, seja por via do consumo de produtos da agricultura familiar as quais estão diretamente associadas a saúde, seja por mudanças climáticas que afetam principalmente as futuras gerações.

O Brasil é um país o qual apesar de avanços nas legislações e projetos institucionais ainda enfrenta uma profunda crise fundiária de caráter classista. Os conflitos se englobam na esfera capitalista, as classes dominantes dentre todos os governos dos mais neoliberais, a favor dos grandes latifundiários e empresários dos campos, aos governos mais progressistas e sociais democratas os quais, os quais

ainda sim fizeram conchavos para manter a governabilidade ainda assim mantiveram as estruturas excludentes para aqueles que não possuem meio de levar uma vida digna e de acesso à terra.

O MST, desde sua fundação, se modernizou e abriu novas frentes de luta, por vezes sendo omissos em seus princípios, porém fazendo a autocrítica e se reorganizando.

Dentre as conquistas dos movimentos estão uma maior democratização dos direitos das mulheres apesar de ainda haver a necessidade de uma plena ampliação, o desenvolvimento de escolas e projetos educacionais os quais visam uma educação emancipadora e vinculada a luta dos Sem-Terra e de propósitos anticapitalistas, com organizações de coletivos. Além do mais, foi desenvolvido projetos agroecológicos os quais pensam o futuro das próximas gerações e da preservação ambiental em oposição ao modelo insustentável do agronegócio predatório, seus agrotóxicos, insumos e fertilizantes, além do desmatamento de áreas de preservação ambiental.

A luta deve permanecer presente para que as conquistas sejam ampliadas e difundida na sociedade, frente as desmoralizações e criminalizações midiáticas a serviço da burguesia, assim sendo, é necessário a sociedade prestar solidariedade ao MST, seja angariando recursos econômicos e humanos para que não seja derrotada a causa, seja divulgando suas campanhas nas redes sociais ou em outras plataformas.

A luta não pode ser travada apenas na esfera institucional mas deve também estar presente nas ruas, na ocupação de estradas e de assentamentos, é legítimo, diante do alto percentual de terras improdutivas no Brasil, favorecendo não somente a economia local, como o mercado interno brasileiro e promovendo uma vida digna das famílias que nada possuem. É claro que existe a violência dentro do movimento, mas não se trata da orientação dada pelas lideranças, inclusive repudiado por Stédile, o qual afirma que o movimento deve ser pacífico, ao mesmo tempo em que se faz necessário e legítimo o direito de resistência e legítima defesa das opressão policial- militar e estatal.

Se nota também uma postura de descriminalização do movimento frente aos grandes oligopólios midiáticos, assim sendo o MST utiliza meios democráticos e de acesso maior do que fontes jornalísticas impressas, utilizam as redes sociais.

Pode ser interessante investirem em intensificar material audiovisual, como vídeos no Youtube, curtas metragem e pequenos documentários, tendo em vista que o brasileiro médio não tem o hábito da leitura, as imagens falam por mil palavras e são a primeira forma de atração, melhor forma de captar a atenção dos indivíduos, por isso apenas textos são insuficientes para descriminalizar o movimento frente a sociedade civil.

Nas redes sociais o MST promove atividades que demonstram como o movimento contribui com a sociedade civil, faz denúncias, aborda questões contemporâneas as quais interligam sociedade civil, governo e o movimento.

Ao que parece, o alcance da comunicação através das mídias sociais e digitais tem sido insuficiente, visto que as muitas ações positivas realizadas pelo MST não atingem a maioria da sociedade civil, dificultando a descriminalização do movimento. Muitas vezes o MST é visto como um bando de “arruaceiros e vagabundos”, principalmente pelas classes médias e a elite, porque desconhecem todas as atividades e realizações feitas pelo MST em prol dos camponeses e assentados. Cabe ao MST potencializar a sua comunicação, podendo ser através de parcerias com outros movimentos, com entidades privadas favoráveis as causas do MST ou mesmo através das demais cooperativas espalhadas pelo Brasil, focando sempre nas boas práticas e nas grandes conquistas do movimento.

O único caminho possível é a luta, ou se decai em barbárie e os privilégios são mantidos em meio a misérias de tantos, ou se luta com os debaixo, sendo assim é possível concluir que o MST é um movimento que teve conquistas, mas as vitórias ainda são parciais e se faz necessário muita luta, até que se derrube a estruturas capitalistas excludentes as quais assombram o Brasil por séculos.

Referências Bibliográficas

A questão da mulher no MST Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20quest%C3%A3o%20da%20mulher%20no%20MST.pdf>>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

Agroecologia, soberania alimentar e cooperação. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20EJA%20%20Agroecologia,%20Soberania%20alimentoar%20e%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20-%20MST,%202010.pdf>>. Acesso em: 03 de abr. 2020.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. *Reforma agrária no Governo Lula: Uma análise do II “Plano Nacional de reforma agrária*, Tese (Mestrado em Serviço Social) - UNESP, Franca/SP, 2006.

ALEIXO, Duvanil. *Mudanças de Beneficiários e formas de reocupação de lotes no assentamento capelinha*. Tese (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - UFRRJ/RJ, Conceição de Macabu, Seropédica/RJ, 2007.

ALENTEJANO, Paulo R. R. *Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

Ref_____. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro*. Textos CPDA, n 3. Rio de Janeiro : CPDA/UFRRJ, setembro/1998.

Ref_____. *Reforma agrária, território e desinvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desinvolvimento Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2003.

Ref_____. *Assentamentos rurais e conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desinvolvimento Agricultura e Sociedade) - UFRRJ, Seropédica/RJ, 2003 (Mimeo).

ALMEIDA, Angélica. *A quem interessa a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios*, 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/19/a-quem-interessa-a-pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos-nos-territorios/>>. Acesso em: 17 de fev. 2020.

Análise da contribuição da Metodologia do processo do Planejamento e organização dos assentamentos (PPOA) na construção de novas estratégias de desenvolvimento Rural em áreas de Reforma Agrária. Disponível em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/2875/1/Patricia.pdf>>.

Acesso em: 23 de jan. 2020.

ANJOS, Gabrielle. *Mulheres na Reforma Agrária. A experiencia recente no Brasil*. Brasília: Nead Debate, 2008.

ARANHA, Hialely Carvalho. *A ocupação das propriedades rurais improdutivas*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25323/a-ocupacao-das-propriedades-rurais-improdutivas/1>>. Acesso em: 11 de nov. 2019.

Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira é referência na produção de Feijão Agroecológico. Disponível em: <<https://www.mst.org.br/2019/10/11/assentamento-pds-osvaldo-de-oliveira-e-referencia-na-producao-de-feijao-agroecologico.html>>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

Balanço da reforma agrária em 1990- Carta Aberta ao presidente Collor. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/balan%C3%A7o-da-reforma-agr%C3%A1ria-em-1990-%E2%80%93-carta-aberta-ao-presidente-collor>>. Acesso em: 04 de mar. 2020.

Balanço dos 3 anos da Reforma Agrária do Governo José Sarney. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/balan%C3%A7o-dos-3-anos-da-reforma-agr%C3%A1ria-do-governo-jos%C3%A9-sarney>>. Acesso em: 09 de fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

_____. *Lei nº 9.3494, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

Caderno de Estudo. A questão da mulher no MST. 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/quest%C3%A3o-da-mulher-no-mst>>. Acesso em: 21 de dez. 2019.

Caderno de experiências agroecológicas. Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro, 2014 Disponível em: <https://aarj.files.wordpress.com/2014/03/caminhos-agroecolc3b3gicos-do-rio-de-janeiro-caderno-de-experic3aancias-agroecolc3b3gicas.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/caminhos-agroecolcogicos-do-rio-de-janeiro-caderno-de-experiencias-agroecologicas.pdf>>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

CASTRO, Josué. *Geopolítica da Fome: ensaios sobre o problema da alimentação e de população*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *Geografia da Fome: O dilema brasileiro: Pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1980.

CHAVES, Christiane A. *A marcha nacional dos sem-terra. Um estudo sobre fabricação do social*. Brasília: [s.n], 2000.

CLIFFORD A. Welch apud Edgard MALAGODI, Josefa S. B. Cavalcanti, Maria de Nazareth B. Wanderley. *Camponeses brasileiros*, vol 1 São Paulo: Unesp, 2009.

COELHO, Fabiano. *Entre o bem e o mal: As representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995-2010)*, Tese (Doutorado em História) – UFGD, Grande Dourados/MS, 2015.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNESP, Campinas/SP, 2005.

CONTAG Filiada à CUT, *Pauta do Grito da Terra Brasil*, [s.l.]: Contag, 2003.

DELGADO, Nelson. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010.

DRAIBE, Sônia, *A política social no período FHC e o sistema de proteção social*. São Paulo: [s.n], 2003.

DUARTE, Nayara Nantes. *A luta pela terra no Brasil: A relação entre o MST e os governos FHC e Lula*, TCC (Graduação em Ciências Política) – UNB, Brasília/DF, 2017.

Escolas itinerantes de formação. Disponível em: [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Escolas%20Itinerantes%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20-%20Beatriz,%20Geraldo,%20Luiz%20Henrique,%20Marco%20\(Orgs\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Escolas%20Itinerantes%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20-%20Beatriz,%20Geraldo,%20Luiz%20Henrique,%20Marco%20(Orgs).pdf). Acesso em: 20 de abr. 2020.

FARAH, Tatiana, *O GLOBO*, Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe, 09 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.

FLORESTA, Leila. *Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: Uma pedagogia para a revolução?* Tese (Doutorado em Educação) - UNESP, Campinas/SP, 2006.

GUIMARÃES, Johnatan Razen. *Coordenadas do possível. O lugar da violência e a legitimidade da ocupação de terras na ADI 2213-0*, Tese (Mestrado em Direito) - UNESP, Campinas/SP, 2015.

GUINDANI, João Felipe. *A história da comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)*. Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/A%20historia%20da%20comunicacao%20popular%20e%20alternativa%20do%20Movimento%20dos.pdf/view>. Acesso em: 07 de abr. 2020.

HILÁRIO, Erivan. *Auto-organização das escolas públicas: A incidência do MST na organização do trabalho pedagógico*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP, São Paulo/SP, 2016.

Jornal dos trabalhadores Sem Terra. Edição 186, p. 02. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>>. Acesso em: 27 de mar. 2020.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o Governo Civil*. [s.l.]: Clube do livro liberal, 1994.

LOPES, Adriana L. *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: Nead Debate, 2008.

MEDEIROS, Leonilde S. *Os trabalhadores do campo e desencontros na luta por direitos*. [s.l.: s.n.], [entre 1980 e 2015].

MEDEIROS, Leonilde. *Marchas e contra-marchas na política de reforma agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. [s.l.: s.n.], 2004.

MEDEIROS, Leonilde. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo. *Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: CICCUS, 2010.

MIRALHA, Wagner. *Questão Agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje*. São Paulo: Revista Nera, 2006.

MONTEIRO, Jessica Oliveira. *Das Trincheiras de contra-hegemonia em tempos sombrios: Contribuições de uma experiência de extensão universitária com processos de formação política junto ao MST*. TCC (Graduação em Serviço Social) - UFF, Niterói/RJ, 2014.

MOTTA, Marcia apud Esteves, Carlos. *Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida*, [s.l.]: Editora da UFSC, 2006.

MST, *Assassinatos no Campo, crime e impunidade*, 1985, p. 192 e 195. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=2032>>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

MST, A situação atual do campo frente ao Governo Collor, 1990 Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/situa%C3%A7%C3%A3o-atual-do-campo-frente-ao-governo-collor>>. Acesso em: 06 de mar. 2020.

NOGUEIRA, Flavio. A Reforma Agrária de Brizola. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/a-reforma-agraria-de-brizola-2/>>. Acesso em: 12 de mai. 2020.

OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano. “O Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e os desafios para a construção de novas formas de assentamento: O caso do Assentamento Oswaldo de OLIVEIRA em Macaé. Tese (Graduação em Serviço Social) - UFF, Niterói/RJ, 2014.

PUC-RIO, Departamento de direito, Código Florestal e Assentamento Rural Roseli Nunes, 2017. Disponível em: <https://jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2018/02/cartilhacodigoflorestal_finalonline.pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2020.

Residência agrária na UNB. Escolas Itinerantes de Formação. 2015. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/caderno-1-resid%C3%Aancia-agr%C3%A1ria-da-unb-escolas-itinerantes-de-forma%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 14 de mai. 2020.

TAVARES, Bruna. *A comunicação no MST: O Jornalismo Online X o impresso*. Belo Horizonte: [s.n], 2015.

TAVARES, Patrícia. *Análise da produção metodológica do processo de planejamento e Organização dos Assentamentos (PPOA) na construção de novas estratégias de Desenvolvimento Rural em Áreas de Reforma agrária*, Tese de (Graduação em Serviço Social) - UFRRJ, Seropédica/RJ, 2009.

Levino, José. *Jornal A Verdade*. A repressão das classes dominantes contra os camponeses, 2013. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2013/06/a-repressao-das-classes-dominantes-contra-os-camponeses/>>. Acesso em: 26 de mai. 2020.

<<https://www.poder360.com.br/poder-e-politica-entrevista/mst-deve-fazer-menos-ocupacoes-de-terra-neste-governo-diz-stedile/>>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>>. Acesso em: 12 de mai. 2020.

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/balan%C3%A7o-dos-3-anos-da-reforma-agr%C3%A1ria-do-governo-jos%C3%A9-sarney>>.

Acesso em: 15 de mar. 2020.

<<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/13/politica/1544736443_496134.html>.

Acesso em: 06 de jun. 2020.

<<https://educacao.uol.com.br/biografias/fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

<<https://mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

<<https://mst.org.br/2018/11/10/mst-promove-curso-de-comunicacao-popular-em-curitiba/>>. Acesso em: 23 de mai. 2020.

<<https://mst.org.br/2018/12/03/festa-e-cavalgada-marcam-as-comemoracoes-de-aniversario-da-radio-camponesa/>>. Acesso em: 23 de mai. 2020.

<<https://mst.org.br/2019/02/20/a-comunicacao-sem-terra-mostra-a-cara-desse-pais/>>. Acesso em: 23 de mai. 2020.

<<https://mst.org.br/2020/05/13/trajetoria-do-coletivo-lgbt-sem-terra-e-retratada-em-documentario-do-mst/>>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

<<https://mst.org.br/2020/05/20/iniciativa-mulheres-sem-terra-contraviruseviolencias-traz-orientacao-e-acolhimento-na-pandemia/>>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

<<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 11 de mai. 2020.

<<https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/estudo-ufmg-violencia-domestica-pode-ter-aumentado-com-o-isolamento-social>>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

<<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/28/radio-do-mst-completa-20-anos-ocupando-o-latifundio-do-ar>>. Acesso em: 26 de mai. 2020.

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-931320010002000010>. Acesso em: 04 de jun. 2020.

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46362.shtml>>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

<<https://youtu.be/04MnkQdV0Js>>. Acesso em: 21 de mai. 2020.